

EDNA TERESINHA DA ROSA

**A RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS COM O CRESCIMENTO
URBANO**

Florianópolis - SC

2003

A RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CEMITÉRIOS COM O CRESCIMENTO URBANO

EDNA TERESINHA DA ROSA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Orientador: Prof. Elson Manoel Pereira

Florianópolis
Novembro/ 2003

**A RELAÇÃO DAS ÁREAS DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS
COM O CRESCIMENTO URBANO**

Edna Teresinha da Rosa

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, Área de concentração, Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 29.10.03

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira (Presidente e Orientador – UFSC)

Prof. Dra. Leila Christina Duarte Dias (Membro –UFSC)

Prof. Dr. Luiz Fernando Gonçalves de Figueiredo (Membro - CCE/UFSC)

Florianópolis - 2003

“Estamos nos comportando como se fossemos viver para sempre, coisa que todos pensavam nos tempos dos Beatles, não é? Quer dizer, quem diria que estamos prestes a morrer?”

Paul McCartney (ex-Beatles)

AGRADECIMENTOS

Aos funcionários dos diversos órgãos: Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP), Secretaria Municipal de Transportes e Obras (SMTO), Secretaria Regional do Continente, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Procuradoria Geral do Município, Câmara Municipal de Florianópolis, Arquivo Público Municipal, Arquivo Público do Estado, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Biblioteca Pública do Estado, Sala de Estudos José Saramago (Biblioteca Setorial do CFH-UFSC), Intendências Distritais, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Cemitério Parque Jardim da Paz e ao Diretor do Museu Universitário, Sr. Gelci José Coelho (Peninha), aos quais me dirigi várias vezes durante o trabalho.

A todas as pessoas que me forneceram informações nas minhas idas a campo durante conversas longas e informais.

Aos coveiros, a todos indistintamente, os quais me cercaram de informações e atenções, fazendo com que as minhas idas aos cemitérios se transformassem muitas vezes em divertidas visitas.

Agradeço em especial ao professor Elson Manoel Pereira pelo conhecimento repassado e pela paciência; a minha mãe Sueli Rosa, que se mostrou como grande fonte de informações e ao amigo Jackson Avila pelas discussões muito proveitosas.

Agradeço a Deus por tudo.

RESUMO

O planejamento urbano tradicionalmente busca adequar os equipamentos urbanos à crescente demanda por infra-estrutura. Os cemitérios, apesar de serem um equipamento como outro qualquer, têm recebido pouca atenção no que tange aos estudos de adequação à cidade. Por isso, este trabalho busca contribuir para o estudo da relação entre o crescimento urbano e os cemitérios, cuja análise ancorou-se na teoria da localização, da qual destaca-se a argumentação de que a infra-estrutura pré-existente influencia no crescimento e direcionamento da expansão territorial. Para o estudo do tema, fizemos um resgate histórico de como foram encaradas as necrópoles ao longo do tempo, desde o século XVI na Europa Ocidental até a atualidade em Florianópolis. Realizamos, também, levantamento de dados em diversos órgãos públicos e trabalho de pesquisa de campo nos cemitérios da capital catarinense. Apesar de apoiar-se na teoria da localização, não podemos dispensar, na análise, fatos observados durante as pesquisas de campo que, muitas vezes, irão transparecer durante o trabalho em forma de críticas ou sugestões.

Palavras chaves: cemitérios, urbanização, teoria da localização.

ABSTRACT

Traditionally the urban planning aims at the adequacy of the urban equipments to de increasing demand for infrastructure. Cemeteries, in spite of being an equipment like any other, have been given a little attention concerning the studies on adequacy to the cite. Therefore, the present work aims at contributing to the study of relation between the urban growth and the cemeteries, whose analysis was based upon the theory of localization, from which stands out the argumentation that the pre-existing infrastructure influences on the growth and the directing of the territory expansion. For the study of the theme, we made a historical review about how the cemeteries have been regarded over the time, since the XVIth century in Western Europe to the present days in Florianopolis. We also carried out a data survey in several public offices and fieldworks on the cemeteries of the Santa Catarina's capital. Despite being based upon the theory of localization, we cannot dismiss, in the analysis, facts observed during the fieldworks, which will appear through the works in from of criticism or suggestions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fiéis se acomodam sobre as sepulturas nas igrejas.....	18
Figura 2 - O “Tigre”: conjunto de homem-barril.....	19
Figura 3 – Cemitério dos Inocentes, Paris – 1552.....	32
Figura 4 - Localização dos cemitérios comunitários e particular de Florianópolis.....	46
Figura 5 - Localização dos cemitérios públicos de Florianópolis.....	48
Figura 6 - Planta da cidade de Florianópolis – 1913.....	78
Figura 7 - Vista do Cemitério Alemão, Cemitério Público, forno de lixo e estação de tratamento de esgotos.....	79
Figura 8 - Situação da malha urbana de Florianópolis – 1938.....	84
Figura 9 - Ocupação espacial de Florianópolis – 1956.....	85
Figura 10 - Ocupação espacial de Florianópolis – 1966.....	86
Figura 11 - Ocupação espacial de Florianópolis – 1978.....	87
Foto aérea 1- Vista aérea do Cemitério São Francisco de Assis e de seu entorno.....	50
Foto aérea 2 - Vista aérea do Cemitério São Cristóvão e de seu entorno.....	52
Foto aérea 3 - Vista aérea do Cemitério de Canasvieiras e de seu entorno.....	54
Foto aérea 4 - Vista aérea do Cemitério da Lagoa da Conceição e de seu entorno....	56
Foto aérea 5 - Vista aérea do Cemitério do Ribeirão da Ilha e de seu entorno.....	58
Foto aérea 6 - Vista aérea do Cemitério de Santo Antônio de Lisboa e de seu entorno.....	59
Foto aérea 7 - Vista aérea do Cemitério de Ratoles e de seu entorno	61
Foto aérea 8 - Vista aérea do Cemitério do Campeche. e de seu entorno.....	62

Foto aérea 9 - Vista aérea do Cemitério da Armação do Pântano do Sul e de seu entorno.....	64
Foto aérea 10- Vista aérea do Cemitério de Rio Vermelho e de seu entorno.....	66
Foto aérea 11- Vista aérea do Cemitério de Ingleses e de seu entorno.....	67
Foto aérea 12- Vista aérea do Cemitério do Pântano do Sul e do seu entorno.....	69
Foto aérea 13- Vista aérea do Cemitério da Barra da Lagoa e de seu entorno.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desterro: População Por Categoria Social – 1804/1854.....	21
Tabela 2 – Desterro: Óbitos da População por Categoria Social - 1804/1854	22
Tabela 3 - Tabela de preços do Cemitério Parque Jardim da Paz.....	44
Tabela 4 – Cemitérios Públicos de Florianópolis: área e situação em 1997 e 2003.....	71
Tabela 5 - Evolução da população de Capitais de Estados – 1872/1940.....	76
Tabela 6 – Florianópolis: Evolução da população por domicílio–1960/2000.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PRÁTICA DOS SEPULTAMENTOS NA CULTURA O	
OCIDENTAL.....	14
1.1 OS CEMITÉRIOS NOS PRIMÓRDIOS DA HUMANIDADE.....	14
1.2 OS CEMITÉRIOS NA CULTURA OCIDENTAL.....	15
1.3 A PRÁTICA DOS SEPULTAMENTOS EM FLORIANÓPOLIS.....	19
1.3.1 Cerimônias e ritos funerários.....	25
2 A REPULSÃO DAS NECRÓPOLES DO ESPAÇO URBANO.....	29
2.1 A REPULSÃO DOS CEMITÉRIOS DO ESPAÇO URBANO.....	29
2.2 CEMITÉRIOS – UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA.....	34
3 A URBE VAI AS NECRÓPOLES.....	37
3.1. A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA TEORIA DA LOCALIZAÇÃO.....	37
3.2. OS CEMITÉRIOS DE FLORIANÓPOLIS.....	41
3.2.1 A Lei.....	41
3.2.2 Classificação.....	42
3.2.3 Teoria e Prática: O Caso de Florianópolis.....	72
4 POR QUE OS CEMITÉRIOS NÃO RECEBERAM A ADEQUAÇÃO AOS	
TEMPOS DE URBANIZAÇÃO.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
ANEXOS.....	111

INTRODUÇÃO

Florianópolis sofreu um intenso processo de urbanização nas últimas três décadas do século XX e como consequência a descaracterização acelerada de várias áreas.

Com o crescimento urbano da capital catarinense propagou-se nos últimos anos, mais especificamente na década de 1990, como mostram os anexos I, III, IV, V e VI, a notícia do iminente esgotamento dos cemitérios públicos da cidade, o que passou a ser objeto de nosso interesse. O que se verificou, a princípio, foi que, enquanto a ocupação espacial da cidade alastrou-se, a estrutura da maioria dos cemitérios manteve-se a mesma da época colonial portuguesa, conservando o estilo açoriano de sua localização, no centro das pequenas comunidades, posteriormente transformadas em distritos da capital. Com o desenvolvimento da cidade os cemitérios que eram planejados para suprir as necessidades fúnebres locais do momento, sem considerar as necessidades futuras exigidas pelo crescimento populacional, foram lentamente incorporados às regras dos usos do solo sem a devida previsão de novas áreas. Apesar do crescimento populacional, os cemitérios não sofreram o aumento territorial correspondente, sendo a maioria deles anterior a 1950. Entretanto, nenhuma das administrações municipais desde então considerou a possibilidade de antecipação de uma política de planejamento com relação aos cemitérios, face aos diversos indicadores que sugeriam uma futura ocupação do seu entorno e o provável esgotamento interno dos mesmos, reflexo das transformações por que passava a cidade.

Vários fatores combinados estimularam as migrações e mudaram ao longo dos anos o eixo econômico da cidade, passando da função administrativa para, na sua maioria, a função turística, portanto, mantendo sua tradição terciária.

O processo de evolução urbana, marcado pela mercantilização do espaço, inexoravelmente atingiu os cemitérios, com a ocupação do seu entorno e esgotamento interno da maioria das necrópoles de Florianópolis.

Se por um lado o que caracteriza o crescimento urbano é a contínua expansão demográfica, por outro fica evidente que ela não se processa ao mesmo tempo e em todas as direções dentro do espaço urbano. O crescimento sofre direções preferenciais em determinados momentos.

Levando em consideração o processo anteriormente mencionado, partindo da premissa de que, em decorrência do levantamento desenvolvido sobre o tema percebeu-se que os cemitérios, dentro da evolução urbana, passaram por dois momentos distintos. O primeiro quando foram repelidos do aglomerado urbano, em nome das teorias higienistas que provocaram intervenções urbanas no Brasil no final do século XVIII e que vão condenar diversos usos e costumes, como o hábito de enterrar os mortos no interior das igrejas e a localização dos cemitérios no perímetro urbano tornando-os espaços segregados. O segundo momento quando os cemitérios passaram a agir como “indutores da urbanização”.

Villaça (2001) parte da hipótese de que o crescimento e as direções da expansão territorial das metrópoles são altamente influenciados pela infra-estrutura pré-existente, especificamente pelas vias regionais. A infra-estrutura implantada para a viabilização dos cemitérios, atrai para essas áreas o crescimento urbano fazendo com que os mesmos ajam como facilitadores da urbanização. Visualiza-se, então, uma relação dialética de repulsão e atração entre a urbanização e os cemitérios que ainda não havia sido analisada.

O objetivo deste trabalho é analisar essa nova forma de observar a relação entre o crescimento das cidades e as áreas destinadas para cemitérios. O debate irá se processar sob dois ângulos de análise: primeiramente, interessa-nos analisar os cemitérios como áreas

repelidas pela urbanização e, posteriormente, em função da infra-estrutura instalada, como facilitadores de urbanização.

Para compreendermos a importância dos cemitérios, seja pela força dos sentimentos ou pelos simbolismos que se atribui às formas espaciais e ao seu conteúdo, procurou-se, no primeiro capítulo fazer uma síntese da prática dos sepultamentos na cultura ocidental, mais especificamente na doutrina cristã católica. Justifica-se esta orientação na medida que a maioria dos hábitos e costumes brasileiros em relação à morte foram orientados pela Igreja Católica importados de Portugal na época do Brasil-colônia.

No segundo capítulo, buscou-se analisar os cemitérios como áreas repelidas pela urbanização, por questões higiênicas, culturais e até mesmo econômicas.

Trata-se a seguir, no terceiro capítulo, dos cemitérios como facilitadores de urbanização devido a relativa infra-estrutura, da valorização econômica das áreas, práticas institucionais, localização, etc. Para estudar a hipótese levantada, utilizaremos Florianópolis como estudo de caso, analisando seu crescimento urbano entre a segunda metade do século XIX, período em que o desenvolvimento urbano começa a interferir na localização dos cemitérios da cidade, até as últimas décadas do século XX. Os cemitérios analisados com maior profundidade serão o São Francisco de Assis e São Cristóvão que melhor refletem a problemática da pesquisa.

No quarto e último capítulo se buscará entender porque os cemitérios não receberam os estudos ou planejamento de adequação aos tempos de urbanização.

1 PRÁTICA DOS SEPULTAMENTOS NA CULTURA OCIDENTAL

1.1 OS CEMITÉRIOS NOS PRIMÓRDIOS DA HUMANIDADE

Quando nos referimos ao desenvolvimento dos aglomerados humanos permanentes nos tempos mais remotos, detemo-nos a entender que características favoráveis do sítio levaram a sua ocupação permanente: a fonte com seu suprimento de água para o ano inteiro? O sólido monte de terras que permitisse seu acesso e proteção? O estuário próximo que fornecesse alimento abundante? Entretanto, quando deixamos de lado essas necessidades práticas e buscamos retroceder as origens dos primeiros indícios de vida cívica, o que aparece são as práticas relacionadas aos mortos.

Lewis Mumford (1998) afirma que pouco depois de se ter descoberto a trilha do homem no mais antigo dos acampamentos ou dos instrumentos de pedra lascada, encontram-se provas de interesse do homem antigo pelos mortos. Segundo o autor, em meio às mudanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Essas áreas constituíam marcos aos quais provavelmente retornavam os vivos, a intervalos a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou de aplacá-los.

Tanto nos antigos santuários paleolíticos, como nos primeiros túmulos e montes sepulcrais, encontram-se os primeiros indícios de vida cívica, provavelmente muito antes de poder sequer suspeitar-se de qualquer agrupamento permanente em aldeias. Não se tratava de um mero agrupamento por ocasião do acasalamento, ou de um regresso provocado pela fome a uma fonte segura de água ou alimento, ou de um ocasional escambo, em determinado ponto convenientemente protegido.

Percebemos então que:

A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos (grifo nosso). Num sentido, aliás, a cidade dos mortos é a precursora, quase o núcleo, de todas as cidades vivas. A vida urbana cobre o espaço histórico entre o mais remoto campo sepulcral da aurora do homem e o cemitério final, a Necrópolis em que uma após outra civilização tem encontrado o seu fim. Em tudo isso, há fortes matizes de ironia. A primeira coisa que saudava o viajante que se aproximava de uma cidade grega ou romana era a fila de sepulturas e lápides que ladeavam as suas estradas. Quanto ao Egito, a maior parte do que restou daquela grande civilização, com sua alegre saturação em todas as manifestações da vida orgânica, são seus templos e túmulos. Até mesmo na apinhada cidade moderna, o primeiro êxodo geral para um lugar de morada mais desejável no campo foi a migração dos mortos para o romântico Eliseu de um cemitério suburbano (MUNFORD, 1998, p.13).

A evolução dos pequenos grupos sedentarizados em aldeias, que a princípio continham uma pequena fração de população humana, tornou-se mais complexa com o desenvolvimento de novos grupos ocupacionais, além do caçador, do camponês e pastor. Lentamente o aumento da massa existente produziu uma nova configuração que alterou suas propriedades, fazendo com que a arcaica cultura de aldeia cedesse lugar a uma civilização urbana, resultando numa enorme expansão das capacidades humanas em todas as direções. Enquanto a cidade vai tomando forma e muitas outras coisas são acrescentadas, concomitante a sua inseparável substância econômica que a torna possível, mantém-se o costume de se reservar áreas cerimoniais ou sepulcrais nos espaços urbanos. Mesmo com a evolução das cidades e da humanidade até os nossos dias, o ser humano reservou áreas dentro das cidades específicas para os mortos, seja pela força de simbolismos, sentimentos ou necessidade de dar uma destinação final aos mortos, o fato é que os cemitérios fazem parte da história da humanidade e da cidade desde os seus primórdios.

1.2 OS CEMITÉRIOS NA CULTURA OCIDENTAL

Não se contesta que o enterramento no solo é o mais antigo modo funerário de sepultura. A inumação dos mortos era também a prática mais comum tanto entre os antigos romanos como os gregos, ao passo que a cremação só se verificava em circunstâncias

especiais. O uso de queimar os defuntos entre os romanos era uma exceção, data das guerras que os levaram para regiões longínquas, para evitar que o inimigo os desenterrasse e os profanasse. Os gregos, desde o tempo do primeiro rei de Ática, Cecrops, enterravam os mortos, isto é, 1580 anos antes de Cristo. A cremação entre os gregos somente era concebida quando havia impossibilidade de transportar o corpo à terra natal. A cremação também não foi praticada entre os egípcios e os fenícios, os chineses, os assírios, os babilônicos, os persas, como também era desconhecida nas regiões setentrionais da Europa (JORGE, 1945, p.300).

A doutrina cristã desde sua origem venera os corpos de seus mártires. O sítio onde se enterra o corpo de um morto é sagrado. A prática da inumação está profundamente ligada a ressurreição dos corpos. Outro tipo qualquer de destinação final dos cadáveres, como a cremação, anula a imagem do sono a espera do despertar.

Salomão Jorge (*op cit*, p. 327), no seu livro “A Estética da Morte”, nos mostra como a crença na ressurreição, segundo relatos bíblicos, reforça a prática da inumação e na sacralidade dos cemitérios:

São Paulo, nas suas epístolas, emprega várias vezes a imagem da sepultura sob a forma de sono. ‘Nós não queremos meus irmãos, escreve ele aos Tessalônicos, que ignoreis o que diz respeito àqueles que dormem, para não vos entristecerdes como os que não têm esperanças; pois se acreditamos que Jesus Cristo morreu e ressuscitou, devemos crer que Deus reunirá a Jesus os que serão adormecidos com Ele’. Comentando as palavras do apóstolo exorta São João Crissóstomo:

‘Vede como a morte é constantemente chamada sono; é este pensamento que fez dar o nome de cemitério, isto é, dormitório, ao lugar em que se enterram os mortos. Nome cheio de consolação, nome cheio de sabedoria. Quando conduzirdes um morto, não vos aflijais exageradamente, pois não o levais à morte, mas ao sono; que este nome console a vossa dor. Sabei, pois, para onde o conduzis: vós o conduzis ao dormitório. E quando o conduzis? Após a morte de Jesus, depois que os laços da morte foram destruídos... Até ao Messias ninguém pode forçar a morte a libertar um só dos seus cativos; mas o Filho de Deus, tendo descido ao tenebroso império dela, obrigou-a a submeter-se a todo o seu poder.

O cemitério é o campo de Deus. É o **campus Dei**, o campo do Senhor, o que os alemães chamam: **Gottesacker**. Todo o semeador tem um campo. O campo de Deus é o cemitério. O Eclesiastes falando dos juizes fiéis ao Senhor disse: Bendita a sua memória e que os seus ossos germinem nos seus sepulcros. Nele jazem, como sementes adormecidas, os corpos que despertarão um dia’.

Foi a partir do século V que começou a prática de enterramentos nas igrejas (nesta época as igrejas não possuíam bancos ou cadeiras, as pessoas assistiam as missas em pé, de joelhos ou sentados no chão, isto é, sobre as sepulturas) ou em cemitérios contíguos a estas. Os cemitérios nesta época eram completamente integrados à comunidade, localizando-se no centro da mesma, servindo depois do sepultamento como pasto para o gado, local de feiras, jogos, atalhos para outras áreas e depósitos de lixo. Não havia a separação que temos hoje entre a vida e a morte. Era obrigação dos vivos cuidar para que os mortos tivessem um sepultamento conforme ditavam os ritos da época. Os funerais dos ricos caracterizavam-se pela pompa e luxo. O número de participantes no cortejo também demonstrava a importância do morto; quanto maior o número, mais prestígio denotava o defunto.

Entre a idade média e meados do século XVII, predominou na Europa católica rituais funerários de morte assistida que se denominou “morte domesticada”, onde o moribundo era acompanhado em seus aposentos por familiares, amigos e vizinhos até seus últimos momentos (REIS, 1991).

Ao longo do século XVIII, os rituais fúnebres tornaram-se mais simples e econômicos. Ao mesmo tempo, a forma de se encarar a morte também se modificou. Lentamente, passa a ser hábito velar e enterrar privadamente os mortos no círculo familiar, ao mesmo tempo, que se desenvolveu um temor exagerado à proximidade com os mortos, pois considerava-se prejudicial à saúde essa proximidade (REIS, 1991; FOUCAULT, 1985).

Essa doutrina fundamentava-se na doutrina dos miasmas, desenvolvida pela ciência do século XVII. Acreditava-se que matérias orgânicas em decomposição, especialmente de origem animal, sob influência de elementos atmosféricos – temperatura, umidade, direção dos ventos – formavam vapores ou miasmas daninhos a saúde, infectando o ar que se respirava (REIS, 1991, p.75).

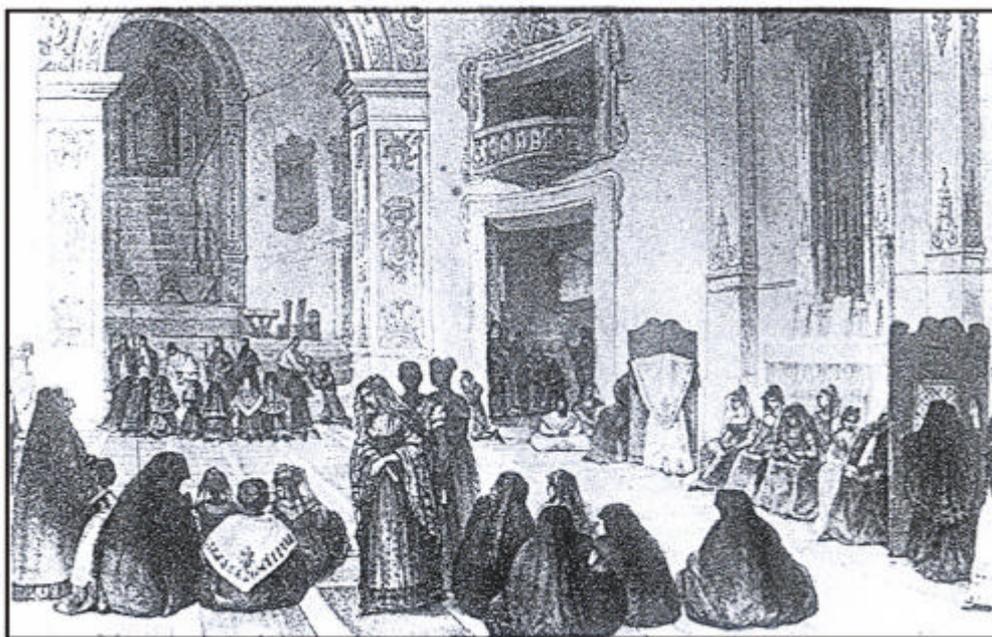


FIGURA 1- Fiéis se acomodam sobre as sepulturas nas igrejas (Fonte: DEBRET, 1978, p.263).

No ano de 1835, em Portugal instituiu-se uma lei proibindo os enterros nas igrejas, dando um prazo de quatro anos para que as autoridades responsáveis construíssem cemitérios fora dos limites urbanos. Além disso, a lei previa que todos os padres que desobedecessem à lei seriam demitidos. No entanto, a lei não foi obedecida pela população que fazia questão de ser sepultada nos templos ou cemitérios paroquiais. Ao mesmo tempo, as câmaras municipais solicitavam ao governo central que adiasse a execução da lei por falta de fundos para a construção dos cemitérios. Em 1844, o governo central cria a Lei de Saúde Pública, revogando a lei anterior, mas mantendo a proibição de enterramentos nas igrejas. Com a lei, é criada uma rede de autoridades sanitárias responsáveis pelo cumprimento das novas normas: sepultamentos fora das igrejas e em covas individuais, por ainda ser prática os enterramentos dentro das igrejas, embora em número bastante reduzido, o que se presenciou até aproximadamente metade do século XX em Portugal (REIS, 1991).

1.3 A PRÁTICA DOS SEPULTAMENTOS EM FLORIANÓPOLIS

Em Florianópolis, como a maioria das cidades brasileiras, até meados do século XIX, havia alta taxa de mortalidade, em função de epidemias, das péssimas condições de vida da maioria das pessoas, da falta de higiene e da ausência de assistência médica. Para se ter uma idéia, em 1887, ainda se vendia água pelas ruas, era comum o despejo dos dejetos humanos nas praias e ainda não havia médicos na cidade (CABRAL, 1972).



FIGURA 2- O “tigre”: conjunto de homem-barril que transportava as vasilhas de matéria fecal até as praias mais próximas. (Fonte: Ramos, Átila. Memória do Saneamento Desterrense, p. 59)

Todos esses fatores combinados permitiram o surgimento em 1851 “na velha e tradicionalmente suja Desterro”, como se referia Cabral (*op cit*) à capital, de uma grande epidemia de febre cerebral, mais tarde identificada como meningite cérebro-espinhal, que dizimou grande parte da população. Em 1855, a cidade é acometida do pior surto de cólera de sua história, provocando pânico geral. Em dois meses, 290 pessoas contraíram a peste e 63 morreram nesse período. Novamente em 1867, a cidade é acometida pela cólera que levou 171 vidas. Repetidas vezes a capital é atacada por surtos de varíola em 1872, 1879, 1881 e 1882, quando vitimou 345 pessoas.

As tabelas 1 e 2, publicadas originalmente na revista nº 01 do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (1979), baseiam-se nos registros da Paróquia da Capital Nossa Senhora do Desterro entre 1804 e 1854. As “*causas mortis*” registradas eram as mais diversas: bexigas (varíola), diarréias, malinas (provavelmente tifo ou tifóide), cóleras e queixas internas diversas. Pelos números observa-se que a situação geral da população era precária. De 1805 a 1829, a população da cidade mal se reproduzia. Em 1826, durante a “grande epidemia”, a mortalidade atinge seu número mais elevado com 586 óbitos, passando a decair no ano seguinte.

O elevado índice de mortalidade leva-nos a questionar: onde eram sepultados os cadáveres?

Inicialmente, a cidade possuía pequenos cemitérios dentro do perímetro urbano, um deles situava-se na atual rua Felipe Schimidt, onde hoje se localiza o Centro Comercial ARS, restrito aos frequentadores da igreja São Francisco. Quase todas as igrejas do centro da cidade e interior da ilha como Sambaqui, Ingleses, Lagoa, Canasvieiras e outras, possuíam em terreno contíguo à Igreja áreas destinadas ao sepultamento dos sócios da irmandade. Nos

TABELA 1 – Desterro: População por Categoria Social – 1804/1854

ANO	LIVRE	ESCRAVA	TOTAL	ANO	LIVRE	ESCRAVA	TOTAL
1804	3.561	1.352	4.613	1830	4.273	2.833	7.106
1805	3.309	1.404	4.713	1831	4.312	2.895	7.207
1806	3.358	1.460	4.818	1832	4.407	2.797	7.204
1807	3.408	1.513	4.921	1833	4.504	2.697	7.201
1808	3.458	1.570	5.028	1834	4.603	2.595	7.198
1809	3.509	1.629	5.138	1835	4.704	2.491	7.195
1810	3.561	1.689	5.250	1836	4.807	2.385	7.192
1811	3.594	1.736	5.330	1837	4.913	2.276	7.189
1812	3.627	1.784	5.411	1838	5.022	2.163	7.185
1813	3.660	1.834	5.494	1839	5.133	2.049	7.182
1814	3.694	1.884	5.578	1840	5.248	1.930	7.178
1815	3.728	1.935	5.663	1841	5.282	1.913	7.195
1816	3.762	1.987	5.749	1842	5.316	1.896	7.212
1817	3.797	2.040	5.839	1843	5.350	1.879	7.229
1818	3.832	2.094	5.926	1844	5.384	1.862	7.246
1819	3.867	2.149	6.015	1845	5.418	1.845	7.263
1820	3.903	2.205	6.108	1846	5.453	1.827	7.280
1821	3.938	2.263	6.201	1847	5.488	1.809	7.297
1822	3.974	2.322	6.296	1848	5.523	1.792	7.315
1823	4.011	2.381	6.392	1849	5.558	1.775	7.333
1824	4.047	2.442	6.489	1850	5.594	1.756	7.350
1825	4.084	2.503	6.587	1851	5.630	1.738	7.368
1826	4.121	2.568	6.689	1852	5.566	1.720	7.386
1827	4.159	2.632	6.791	1853	5.702	1.702	7.404
1828	4.196	2.699	6.895	1854	5.736	1.688	7.422
1829	4.235	2.765	7.000				

Fonte: Catedral – Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis.

TABELA 2 – Desterro: Óbitos da População por Categoria Social – 1804/1854

ANO	LIVRE	ES CRAVA	TOTAL	ANO	LIVRE	ES CRAVA	TOTAL
1804				1830	117	86	203
1805	66	54	120	1831	121	84	205
1806	129	67	196	1832	126	69	195
1807	256	87	343	1833	134	63	197
1808	85	43	128	1834	120	59	179
1809	115	51	166	1835	112	47	159
1810	196	87	283	1836	116	63	179
1811	142	83	225	1837	124	68	192
1812	115	75	190	1838	135	75	210
1813	114	67	181	1839	148	93	241
1814	250	126	276	1840	182	75	257
1815	145	90	235	1841	139	80	219
1816	136	87	223	1842	135	58	193
1817	197	94	291	1843	153	57	210
1818	154	60	214	1844	205	79	284
1819	150	77	227	1845	138	66	204
1820	131	86	300	1846	156	82	238
1821	131	69	200	1847	158	78	236
1822	123	89	212	1848	191	84	275
1823	148	71	219	1849	161	70	231
1824	147	76	223	1850	235	102	337
1825	170	74	244	1851	190	82	272
1826	155	106	261	1852	209	91	300
1827	393	193	586	1853	258	73	331
1828	135	82	217	1854	133	52	185
1829	101	68	169				
	142	79	221				

Fonte: Catedral – Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis.

fundos dos cemitérios, sempre existia um cantinho reservado para os ateus, acatólicos, não batizados e natimortos.

O tipo de sepultamento mais comum era:

Desde os primeiros tempos que foi prática supersticiosa, aceita por toda a coletividade, fazerem-se inumações dentro das igrejas, fossem na espessura das suas grossas paredes, fossem abaixo do seu piso. Toda gente fazia questão de ser enterrada no sagrado, em cova da fábrica, abertas umas ou cavadas em outro, abaixo do assoalho, junto aos altares da sua crença, esperando o chamado Juízo Final. Rico ou pobre, ninguém admitia outra forma de ser enterrado. (CABRAL, 1972, p.209).

Em 1832, surge a idéia de criar-se um cemitério “extra-muros”, fora do perímetro urbano, apresentada por Jerônimo Coelho. Contudo, a idéia não se materializa.

Em 1839, A Assembléia Provincial começa a preocupar-se, já que os cadáveres eram sepultados (inumados) dentro de igrejas e cemitérios no centro da cidade. Muitas vezes os ares maléficos, os miasmas que saiam das igrejas, foram acusados como fator de disseminação de várias epidemias que assolaram a cidade. O próprio clero era contra essa prática, afirmando que era necessária muita fé e bom nariz para se entrar nas igrejas (CABRAL, 1972).

Em 23 de janeiro de 1849, o vigário, Monsenhor Manuel Joaquim da Paixão, da Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, num ofício ao Vice-Presidente da Província, assim expôs o problema de enterramentos dentro da igreja:

Desde o tempo em que eu me acho empregado, que será de cinco meses, na qualidade de Parocho (sic) desta Matriz, um fétido dos corpos ali sepultados, e agora vendo que se argumenta, a ponto de não poder-se entrar na Igreja sem grave incomodo (sic), e que todos já se queixão(sic), participo a V. Exa para dar providências necessárias, em quanto é tempo, para o público não sofrer este ar corrupto e pestífero assaz danoso (sic) à sua saúde. (Livro de Arciprestes e Vigários, nº 243).

O vigário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Bernardo da Silva, entre outras solicitações, em 13 de janeiro de 1858, solicitou um terreno para o cemitério,

pois era insuportável o cheiro que exalava na igreja devido à decomposição dos corpos enterrados no seu interior.

Em 1843, surgem regras para a construção de catacumbas, aliás, desde 1832, eram proibidos os enterramentos “à flor da terra”, para evitar os miasmas. Em 1852, a Irmandade Senhor dos Passos obteve autorização para instalar um cemitério particular atrás do Hospital, onde permanece até hoje (CABRAL, 1972).

A partir de 1889, mais precisamente depois da Proclamação da República, todos os cemitérios passam a ser responsabilidade do Município, ficando sob controle da igreja somente alguns cemitérios que pertenciam às irmandades.

Depois de quase 20 anos de indefinição quanto ao local de instalação do cemitério “extra-muros” de Desterro, é baixada, em 22 de abril de 1840, a Lei Provincial 137, proibindo de enterrarem cadáveres em igrejas e em áreas de irmandades no perímetro urbano. Além disso, determinava que todos fossem sepultados no novo Cemitério Público no Morro do Vieira, a caminho do Estreito, atualmente Parque da Luz, na cabeceira insular da ponte Hercílio Luz, conforme Planta da Cidade de Florianópolis de 1913 (ver página 78), onde permaneceu até 1924 (CABRAL, *op cit*).

Em 1925, é inaugurando o Cemitério São Francisco de Assis no Itacorubi, projetado por Valdemar Viegas, prefeito da época. Não consta que o Cemitério Público da ponte tenha esgotado seu espaço, o que é certo é que, se por um lado o local parecia ideal porque qualquer que fosse o vento, a cidade ficaria isenta dos ares maléficos, por outro lado, a visão fúnebre na entrada da cidade não agradava a todos:

O Estreito oferecia uma ampla passagem para a baía do norte, ostentando à direita, no alto de sua colina insular, o cemitério Público, de um aspecto funerário na brancura de seus túmulos, olhando o mar por entre as aléias solitárias dos ciprestes esguios (VÁRZEA, 1985, p.143).

Contudo, o motivo preponderante para a desativação do cemitério Público foi a construção da Ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926. Os restos mortais existentes no cemitério, incluindo jazigos das Irmandades e Comunidade Alemã, foram transferidos para o Itacorubi, na localidade de Três Pontes, onde foi inaugurado em 26.11.1925, o maior Cemitério Público da cidade, o São Francisco de Assis.

1.3.1 Cerimônias e ritos funerários

O levantamento histórico sobre os cemitérios nos levou a juntar uma série de informações sobre como eram as cerimônias e rituais em relação à morte na região da Grande Florianópolis, no passado.

No século XVIII era prática comum em Desterro de enterrarem os corpos envolvidos em mortalhas, pano no qual se envolve o cadáver que vai ser enterrado. Nos primeiros tempos eram conduzidos em redes até o local do sepultamento (igrejas). Algumas irmandades instituíram a utilização de esquifes para carregarem os corpos, que nada mais eram do que armações de madeira forrada, uma espécie de padiola (CABRAL, 1979: 503).

Por volta de 1840, aparecem os ataúdes abertos, caixões sem tampa, que serviam para levar o defunto até a igreja, ainda envolvido em mortalha, onde o corpo era retirado e depositado no piso ou parede. Depois os ataúdes retornavam às irmandades ou a Câmara Municipal que os emprestava aos indigentes. No início, a utilização dos ataúdes era restrita aos mais abastados, mas lentamente seu uso estendeu-se para os mais pobres que os alugavam (CABRAL, *op cit*).

Em 1858 surge a primeira empresa funerária da cidade, a Firma Antônio D`Ávila, que anunciava ter caixões para vender ou alugar de todos os tamanhos (O ARGOS, 1858).

Nesta época os sepultamentos já vinham sendo realizados no Cemitério Público no Morro do Vieira.

Até 1880 ainda foi prática a utilização dos ataúdes de aluguel pelos mais pobres, já que as pessoas de posses e pertencentes às irmandades, há algum tempo, vinham utilizando a prática de enterrarem os cadáveres com os caixões, como forma de vencer as epidemias comuns à época.

Quanto aos ritos fúnebres, herdamos dos portugueses o cuidado com os mortos: o preparo do defunto e as tradições de cerimoniais de despedida.

No século XVII, além das irmandades cuidarem com desvelo da morte de seus associados, havia os espetáculos de “profusão barroca”, quando os ricos, inspirados na pompa dos soberanos, faziam de sua morte um cenário de luxo, pelo número de participantes no cortejo, padres, confrarias, músicos, autoridades, velas queimadas e pelas solenidades: missa de corpo presente, decoração da igreja, etc. (CAROLLO, 1995).

Ao longo do século XVIII, para a maioria da população, os ritos tornam-se mais simples, assim como a forma de se encarar a morte, influência direta da teoria dos miasmas. Entretanto, alguns rituais fúnebres resistiram e persistiram até meados do século XX, especialmente em Desterro, como: o banho no cadáver, o velório, o luto, a coberta d`alma e os fumos.

1) O banho no cadáver

O fato de ser conduzido em caixão aberto, de ir à igreja e de ser retirado do ataúde, que voltava à Empresa Funerária, à Irmandade ou a Municipalidade, impunha uma outra obrigação, era mais pavorosa e tétrica possível: a lavação do cadáver. Ninguém era enterrado sem ser lavado, não na cama, no leito, com esponja ou pano molhado, mas na banheira, banho geral, de corpo inteiro. Era horrível assistir – e, neste século, por volta de 1912 ou 13, tive a oportunidade de espiar, sendo garoto, uma cerimônia destas – o pobre defunto todo mole, a cabeça pendendo para cá e para lá, para frente e para

os lados, os braços caídos, as pernas largadas, cercado por três ou quatro almas caridosas, de ambos os sexos, que se incumbiam da tarefa – agarra aqui, segura lá – um horror! (CABRAL, 1972, p.510).

Segundo relatos de pessoas de comunidades interioranas de Florianópolis até meados da década de 50 do século XX, foi costume o banho de corpo inteiro nos defuntos;

2) O velório

Velar é o costume de passar a noite insone ao redor de um morto. Ao falecer qualquer pessoa na comunidade, os parentes, amigos e vizinhos velavam o defunto na casa onde vivia, durante a noite e no dia seguinte até o momento do enterro.

Geralmente os parentes do falecido, que moravam próximos da família enlutada, distribuía alimentos como chás, cafés e bolos aos presentes. Nas áreas rurais chegavam a abater animais para que pudessem servir como jantar durante o velório. No dia seguinte, era comum as pessoas que passaram a noite no velório descansarem e se fazerem representar no enterro por seus familiares.

O costume de se velar o morto persiste até hoje. A diferença é que atualmente os velórios se realizam em recintos específicos nos hospitais ou em capelas mortuárias dos cemitérios;

3) O luto

O luto é uma forma de externar o pesar pelo desaparecimento de um ente querido. O comum no século XIX e início do século XX era o “luto cerrado”, o uso de todas as vestes pretas durante um período convencionado, dependendo do grau de parentesco. Normalmente os cônjuges da pessoa falecida usavam o luto cerrado no mínimo de seis meses, quando

passavam a “aliviar o luto”, isto é, lentamente começavam a usar roupas mais claras, preto com branco, cinza, branco e cinza.

Outras formas de luto: o hábito de alguns homens deixarem a barba crescer por um período de geralmente um mês; depois do velório terminado a casa era varrida e somente aberta depois da missa de sétimo dia. Não se dançava, não se cantava e nem se participava de festas até um mês depois do óbito, em sinal de respeito;

4) A coberta d'alma

Os depoimentos divergem quanto ao ritual da coberta d'alma. Alguns descrevem como o hábito de se vestir um parente ou amigo do mesmo sexo do morto com suas roupas para assistir a missa de sétimo dia, representando o desaparecido. Outros dizem que a coberta d'alma é o costume de se doar algumas roupas do falecido (traje completo) para amigos ou familiares do mesmo até uma semana depois de sua morte como forma de se livrar mais rápido da lembrança.

5) Os fumos

Os fumos eram tarjas pretas que se usavam para externar o pesar pelo falecimento de alguém. Essas tarjas eram usadas para cobrir as fitas dos chapéus dos homens (mais largas nos primeiros tempos e mais estreitas depois); nos braços e lapelas; ou ainda em pequeno laço, colocado do lado esquerdo.

2 REPULSÃO DAS NECRÓPOLES DO ESPAÇO URBANO

2.1 A REPULSÃO DAS NECRÓPOLES DO ESPAÇO URBANO

Os cemitérios, enquanto formas espaciais, pouco ou quase não foram afetados pelos agentes modeladores do espaço. Corrêa (1993, p.77) chega a classificá-los como áreas de uso cristalizado que sofrem um processo de inércia: “através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles”.

Com o crescimento urbano, os cemitérios começaram a sofrer os efeitos da urbanização, muito embora muitos deles se localizem afastados dos centros urbanos, em muitas cidades essa prática perdeu a validade devido à rápida e progressiva expansão da área construída. São exemplos os cemitérios São Francisco de Assis e São Cristóvão em Florianópolis. (foto aérea 01 e 02).

Ao contrário do que se supõe, os efeitos da evolução urbana sobre as necrópoles não é recente. A questão remonta ao século XVIII, com a Revolução Industrial, quando a cidade passa a ser o centro da economia e da sociedade do mundo europeu e também a base do desenvolvimento capitalista. Como espaço de produção industrial, a cidade continuou a centralizar e a comercializar a produção do campo e, com o surgimento de novas oportunidades de trabalho na zona urbana, passa a atrair a população rural. Este êxodo provoca o crescimento vertiginoso das cidades e de sua população numa proporção superior ao crescimento da população geral, ou seja, começa a se caracterizar o processo de urbanização. De fato, o que vem caracterizar o desenvolvimento urbano é o surgimento de um mundo dominado pelas cidades e pelos valores urbanos.

A urbanização não corresponde ao crescimento das cidades em consequência do crescimento natural ou vegetativo de sua população. Ela ocorre a partir do êxodo rural, que proporciona à cidade um crescimento maior que o do campo. Quando a população urbana cresce em igual proporção ao crescimento da população rural, o que ocorre é o crescimento urbano. O crescimento populacional das cidades teoricamente não tem limites, ao contrário da urbanização. A Revolução Industrial, por exemplo, provocou profundas alterações espaciais e econômicas, acelerando o processo de urbanização na medida em que as diferenças entre campo e a cidade se aprofundavam, fazendo com que o meio urbano crescesse e passasse a comandar o meio rural (LUCCI, 1997, p.204).

Com a industrialização, os problemas urbanos começam a ficar evidenciados nos países industrializados. E, com o crescimento urbano, a população pobre começa a se amontoar em áreas insalubres, ao longo das vias estreitas e sem saneamento básico, constituindo ameaças permanentes de convulsões sociais e revoltas populares na Europa. A deterioração da qualidade de vida da população urbana e as sucessivas epidemias permitiram o surgimento de teorias higienistas, tentando dar uma resposta às epidemias que assolavam as grandes cidades. Vários elementos do quadro natural foram considerados culpados como causadores das doenças, dentre eles os pântanos, locais de putrefação de matéria orgânica, que propiciavam o surgimento de vapores supostamente prejudiciais à saúde, também chamados de *miasmas*, que seriam disseminados pelos ventos. Não só as causas naturais foram culpadas pelas epidemias, “havia também as “causas sociais” da insalubridade, que se evidenciavam na superlotação, na insuficiência de ventilação e na pouca insolação das habitações; na sujeira dos logradouros públicos; e mesmo, segundo alguns médicos, no excesso de trabalho e na má alimentação”(ABREU, 1996).

A partir das descobertas de Pasteur, surge a teoria dos Micróbios e com ela a medicina social e se abandona à teoria dos miasmas. “Podemos afirmar que a medicina social tem caráter essencialmente urbano. Todos os equipamentos urbanos passam a ter seu controle ou, pelo menos, a ter a própria função correlacionada com seus cânones. Nada do

que é urbano lhe pode ser estranho. Ela remata, enfim, a cirurgia do meio físico e social” (TOMÁS, 1996, p.19).

A medicina urbana consistia essencialmente em três grandes objetivos:

1º) O controle da circulação. Não da circulação de indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente o ar e a água.

O ar era considerado na época como um dos grandes fatores de disseminação de doenças. E, para que o ar circulasse houve a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano e a destruição de casas que se encontravam em lugares que impediam a circulação do ar. Em Paris, no começo do século XIX foi aplicado um plano de organização das margens do Sena, entendendo-se que a água devia lavar a cidade dos miasmas que, sem isso, aí permaneceriam;

2º) A organização das distribuições e seqüências, isto é, onde colocar os elementos necessários à vida comum das cidades como as fontes de água, esgotos ou barcos bombeadores;

3º) A análise dos lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que no espaço urbano pudesse provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos.

Todas essas reflexões sobre o estado de saúde da cidade suscitadas com o advento da industrialização vão refletir diretamente sobre os locais de destinação dos cadáveres humanos, primeiramente contra o costume de enterrar os mortos nas igrejas, e posteriormente com a exclusão dos cemitérios dos centros urbanos. Segundo Michel Foucault (1985), não foi o cristianismo que ensinou a sociedade moderna o culto aos mortos. A individualização do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII, não por razões religiosas, mas político-sanitárias. Até esta data era comum a localização dos cemitérios nos centros urbanos. Com o surgimento da medicina urbana, começa-se a analisar

os lugares de acúmulo de tudo aquilo que pudesse provocar doenças ou difundir fenômenos epidêmicos ou endêmicos. Incluem-se aí essencialmente os cemitérios.

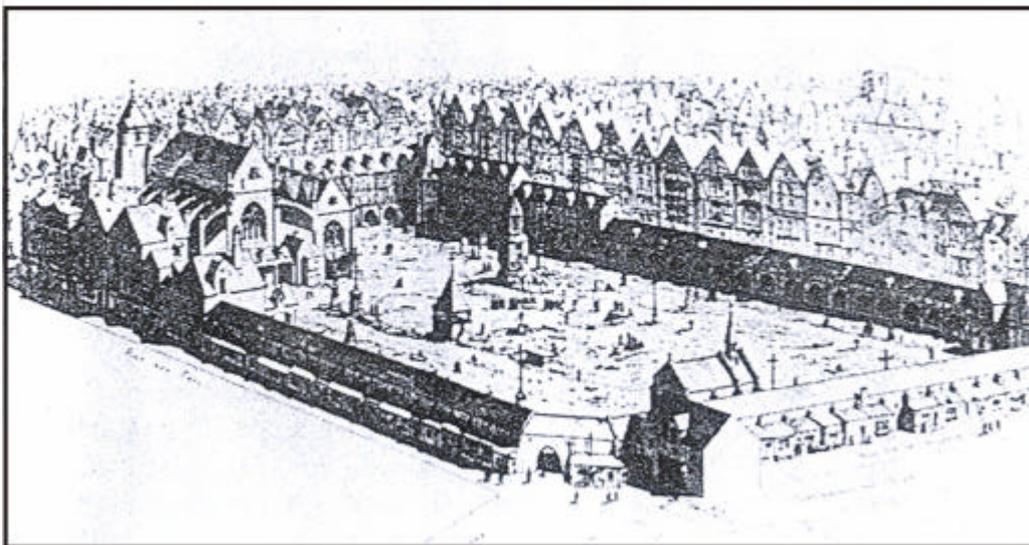


FIGURA 3: Cemitério dos Inocentes, Paris, 1552 (Fonte: REIS, p. 77).

Tem-se, assim, certo número de pequenos pânicos que atravessaram a vida urbana das grandes cidades do século XVIII, especialmente de Paris. Darei o exemplo do “Cemitério dos Inocentes” que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia, etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma a medida em que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 1985, p.87).

Diferentemente do que aconteceu na Europa, no Brasil o crescimento urbano se processou de uma forma muito lenta. “Ao obter sua independência política em 1822, o país contava com 219 núcleos urbanos, a grande maioria de tamanho quase insignificante, três quartos dos quais estabelecidos nos últimos 100 anos” (AZEVEDO, 1956; *apud* ABREU,1996). Esses núcleos urbanos apresentavam problemas de insalubridade, assim como as cidades européias. No entanto, teve pouca ressonância o pensamento higienista no

Brasil do século XVIII com raras intervenções do poder público nas questões urbanas. Um dos hábitos que começa a ser condenado nesta época, por estar associado à formação de miasmas, é o costume de enterrar os mortos nas igrejas.

É no século XIX que o pensamento higienista consolida-se no Brasil e passa a se difundir vindo a se configurar na chamada medicina social. Entretanto, é no Rio de Janeiro, maior cidade e capital do país que ele vai se difundir com maior intensidade, propiciado pelas diversas epidemias que assolam a cidade. Várias intervenções urbanas são processadas na cidade como aterros de pântanos, construção de esgotos sanitários, melhorias no abastecimento de água, condenação das habitações coletivas e o apoio a um urbanismo que promovia a construção de ruas largas e de casas higiênicas. Nesta mesma época é reiterada a condenação do costume de enterrar os mortos nas igrejas, por ainda persistir está prática entre a população carioca e de maneira geral no Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX torna-se consenso entre as autoridades médicas e governamentais de várias cidades brasileiras a necessidade da exclusão dos cemitérios do perímetro urbano, inclusive os cemitérios contíguos às igrejas, devido ao fato de serem facilitadores da propagação dos miasmas culpados pelas epidemias. Começa, então, a criação de cemitérios extra-muros, isto é, fora do perímetro urbano em várias cidades brasileiras. É um exemplo típico deste fato o cemitério da Ressurreição em Paranaguá (PR), construído em 1853 em substituição ao Cemitério da Matriz, contíguo à igreja da cidade e o Cemitério Público de Florianópolis, localizado na cabeceira insular do caminho do Estreito até 1925 e posteriormente transferido para o bairro de Itacorubi.

O relato feito até aqui mostra o processo de expulsão dos cemitérios do perímetro urbano, ou seja, o primeiro momento da relação entre o crescimento urbano e as necrópoles.

2.2 CEMITÉRIOS – UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Os cemitérios são laboratórios de decomposição. Todo organismo que morre fica sujeito a fenômenos transformativos. Segundo Ernani Bergamo (1965, p.334) esses fenômenos são devidos a bactérias, fungos, protozoários, etc., que vivem no próprio organismo. Para o autor há duas fases na decomposição e transformação dos cadáveres bem distintas:

a) Uma primeira fase, de duração normal de quatro meses, durante a qual se desenvolvem germes anaeróbicos e os cadáveres, a começar pela cavidade intestinal, onde é maior a concentração desses germes, começam a putrefazer-se, graças ao grandioso processo de natureza bioquímica. Neste processo, pela ação de determinadas bactérias são quebradas as cadeias de aminoácidos e transformadas em aminas, com libertação de anidrido carbônico, amônia, gás sulfídrico, hidrogênio fosforado, metana, etc. É nesta fase que se exalam os gases malcheirosos.

b) Na segunda fase, de longa duração, isto é, de cinco a seis anos, desenvolvem-se os germes aeróbios e mineralizantes ou nitrificadores. Após esta fase, restam somente as partes ósseas e uma pequena quantidade de húmus.

Geralmente os elementos preponderantes no processo de decomposição progressiva da matéria são a natureza do meio em que se encontra o cadáver (terra, água e ar) e a presença da flora intestinal. Por isso, a escolha da localização dos cemitérios deveria ser extremamente criteriosa, pois a natureza geológica do terreno além de poder favorecer a possibilidade de poluição ou contaminação das águas superficiais ou dos lençóis freáticos, pode provocar alterações no processo de decomposição dos cadáveres. Os casos mais

freqüentes de alteração na decomposição dos corpos são denominados de saponização e mumificação.

A saponização é o fenômeno mais freqüente nos cemitérios. É o processo que transforma o cadáver em substância untosa, mole ou quebradiça, motivado pelo contato com terrenos alagadiços e a falta de oxidação, ou pelo emprego de drogas medicinais nos tratamentos prolongados de doenças.

A mumificação é um processo transformativo conservador do cadáver, geralmente está associado aos enterramentos em solos impermeáveis, que perturbam o desenvolvimento de bactérias aeróbias e, também as condições ambientais como temperatura e pressão.

Os corpos humanos contém, em média, 10kg de proteínas, 5kg de gorduras e 0,5kg de carboidratos, segundo Van Hooren *apud* Pacheco (1986), que são liberados no processo de putrefação após a rebentação do corpo com a formação de líquidos humorosos, que podem atingir a ordem de sete a doze litros.

Alberto Pacheco (1986) em seu trabalho “Os cemitérios como risco potencial para as águas de abastecimento”, constatou uma série de riscos no levantamento feito com base nos vinte e dois cemitérios administrados pela Prefeitura de São Paulo, os quais na maioria estão diretamente relacionados com a com a litologia e o nível do lençõs freático.

Durante o processo de decomposição do cadáver há toda uma proliferação de microorganismos, que durante os períodos chuvosos podem contaminar as águas. As bactérias anaeróbias do tipo *clostridium*, causadora do tétano, gangrena gasosa e toxinfecção alimentar, segundo Pacheco, são patogênicas quando penetram no organismo através dos tecidos. Depois da putrefação do cadáver, podem permanecer por longo tempo no solo, apesar das condições difíceis de sobrevivência. Com relação ao vírus da hepatite, ao atingirem as águas subterrâneas, liberados pela decomposição do corpo, podem migrar para os poços situados nas proximidades das fontes contaminadoras e causar sérios danos à saúde

dos consumidores. Deve-se tomar cuidados especiais com o enterramento de corpos cuja “causa mortis” tenha sido uma moléstia contagiosa ou epidemia e com os cadáveres de pessoas que foram tratados com elementos radioativos. Alguns destes elementos podem ter uma vida média relativamente longa, os solos e as águas poderiam ser expostos a uma contaminação radioativa de conseqüências impossíveis de prever. O autor alerta que sob o ponto de vista sanitário é fundamental a aplicação de todos os meios que acelerem a decomposição dos cadáveres. Por isso, recomenda a utilização de covas superficiais acima do nível freático e em terrenos arejados, o enterramento dos corpos em caixões de madeira mole, não revestidos de material que possa dificultar a decomposição, e a cremação como forma de eliminação rápida da matéria orgânica.

Para Rigotti (1966, p.662), os solos mais apropriados para instalar um cemitério são os de aluvião, calcáreos ou silíceos, secos e aerados, os quais além da facilidade de escavação, retém parte dos gases e líquidos da decomposição e facilitam as transformações. Por outro lado, devem ser evitados os solos rochosos e argilosos, praticamente impermeáveis quando embebidos de água, assim como os muito desagregados pela excessiva porosidade. Conclui ainda, em seu trabalho “Urbanismo, la técnica” que, a desativação de um cemitério, que só deve ocorrer por motivos de higiene ou de ordem pública, obriga durante 10 (dez) anos, pelo menos, a manter o terreno em estado de descanso, sem nenhum sepultamento; e por um espaço de 20 (vinte) anos não se deve permitir o erguimento de qualquer edificação ou destinar o solo ao cultivo.

3 A URBE VAI AS NECRÓPOLES

3.1 A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

A formação do espaço urbano é influenciada por particularidades históricas e diversos processos de produção que vão direcionar a sua expansão. Com a evolução urbana, o espaço foi sendo moldado para atender as necessidades de novas funções e, em contrapartida, ele deve necessariamente proporcionar determinadas condições, sem as quais as novas atividades não se consolidam.

Quanto mais intenso o processo de divisão do trabalho de que uma cidade é teatro, tanto maior será a sua subdivisão em subespaços particulares, organizados para servir como suporte às atividades correspondentes. Cada sublocalidade é bem mais utilizada quando há correspondência entre, de um lado, a forma física e a sua localização relativa dentro da cidade e, de outro lado, o seu uso possível. A cada divisão do trabalho corresponderá uma nova funcionalização das atividades. Quanto mais intensas e mais rápidas as mudanças (tecnológicas, organizacionais etc.) maiores os riscos de disfuncionamento (SANTOS, 1994, p. 130).

É evidente, mesmo partindo das observações mais casuais, que uma cidade moderna desempenha uma variedade de funções. Embora atualmente presentes em muitas cidades, essas funções urbanas desenvolveram-se em diferentes épocas do passado e variam em sua importância contemporânea. “Por exemplo, a economia pré-industrial estava orientada para servir às necessidades de agricultura, de modo que as localidades preferidas para o povoamento eram aqueles lugares que combinavam segurança e acessibilidade aos mercados amplos. Similarmente, a manufatura desenvolveu-se em locais que apresentavam as melhores oportunidades para se conseguir o custo mínimo da produção, e onde esses locais

coincidiam com o povoamento pré-industrial existente, a cidade desenvolveu-se tanto como centro de serviços, como centro industrial. Só recentemente foi que a atividade gerencial surgiu como fonte importante de empregos nos negócios e no governo, e ao expressar uma preferência pelas áreas centrais das grandes cidades deu a esses locais um perfil ocupacional bem mais amplo. Essas características e requisitos significam que pode não haver explicações gerais da localização urbana. Mais precisamente, há um conjunto de abordagens, cada uma interessada com a localização de funções urbanas” (CLARK, 1985, p.127).

Segundo Villaça (1998) a localização é a relação a outros objetos ou conjuntos de objetos e a localização urbana é um tipo específico de localização: aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos – as localizações – e os que não envolvem deslocamentos – os objetos em si. Nestes últimos, o espaço é dado por relações visuais ou por contato direto; na localização as relações se dão através dos transportes (de produtos, de energia e de pessoas), das comunicações e da disponibilidade de infra-estrutura. Note-se, entretanto, que o transporte de energia, as comunicações e a infra-estrutura podem inexistir no espaço urbano, como em aldeias primitivas ou em partes de espaços urbanos algumas décadas atrás. O transporte de pessoas não.

Tanto para o exercício imediato do trabalho como para a reprodução da força de trabalho, a localização urbana é determinada então por dois atributos. São eles:

- * Uma rede de infra-estrutura: as vias, redes de água, esgotos, pavimentação, energia, etc;
- * Possibilidades de transportes de produtos de um ponto a outro, de deslocamento de pessoas e de comunicação. Dentre essas possibilidades, a de deslocamento do ser humano (para locais de trabalho, de compras, de serviços, de lazer, etc.) dominará a estruturação do espaço intra-urbano, já que, entre os deslocamentos de matérias e os do ser humano dominará o último. Por outro lado, a necessidade de deslocamento humano dominará as de comunicação

na estruturação do espaço intra-urbano, pois, como vimos, o custo das comunicações por fax, telefone ou televisão é praticamente o mesmo em qualquer ponto do espaço urbano.

As condições de deslocamentos do ser humano, associadas a um ponto do território urbano predominarão sobre a disponibilidade de infra-estruturas desse mesmo ponto. **A acessibilidade é mais vital na produção de localização do que a disponibilidade de infra-estrutura.** Na pior das hipóteses, mesmo não havendo infra-estrutura, uma terra jamais poderá ser considerada urbana se não for acessível – por meio do deslocamento diário de pessoas – a um contexto urbano e a um conjunto de atividades urbanas e isso exige um sistema de transporte de passageiros. A recíproca não é verdadeira. (...) Os produtos específicos da produção do espaço intra-urbano não são os objetos urbanos em sí, mas suas localizações.

Mas onde os cemitérios entram neste contexto?

Ao serem repelidos do perímetro urbano, os cemitérios passam a preencher alguns requisitos de atração listados por Colby (*apud* CÔRREA, 1993:46), a saber:

- terras ocupadas, a baixo preço e impostos;
- infra-estrutura implantada;
- facilidades de transporte;
- possibilidades de controle do uso da terra.

Com base nesses requisitos, podemos constatar que as áreas de cemitérios podem ser inseridas na teoria clássica da localização que consideram as mudanças na forma da cidade uma conseqüência de alterações na tecnologia dos transportes e das comunicações. Apesar das críticas por parte de alguns teóricos, essa teoria continua sendo foco central de textos urbanos, mesmo reconhecendo que a tecnologia dos transportes e das comunicações já não contam tanto hoje nas decisões de localização como contavam antes.

Sposito (1996) em seu trabalho “Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas” ao explicar as razões que permitem e justificam as práticas especulativas que favoreceram a expansão da área urbana e a produção de uma cidade segmentada, volta, ainda que de uma forma mais moderna, a abordagem convencional do crescimento urbano: a tecnologia dos transportes e das comunicações, ao citá-los como fatores preponderantes para a expansão, além dos novos sistemas de construções e a descoberta da eletricidade:

A difusão do uso do automóvel e o desenvolvimento do sistema de transporte coletivo sobre trilho permitiram a extensão do tecido urbano e a revolução nos parâmetros de quantificação das distâncias, pois os deslocamentos não são mais avaliados pelo sistema métricos ou equivalente, mas pelo tempo necessário para tal. (...) A generalização da informática e das comunicações por satélite rompem a necessidade da proximidade, ou da continuidade reforçando a possibilidade da cidade descontínua e fragmentada (SPOSITO, 1996, p.81).

A descentralização dos cemitérios levou sua localização para áreas distantes do perímetro urbano, onde os terrenos tinham baixo valor imobiliário, a princípio. Para que a população se deslocasse até as necrópoles, houve a necessidade, por parte do poder público, de implantar vias de acesso. Lembramos que, para Villaça “a acessibilidade é mais vital na produção de localização do que a disponibilidade de infra-estrutura” (2001, p.79). Se para outros tipos de serviços urbanos os transportes eram difíceis, para o transporte do féretro havia toda uma infra-estrutura montada e especializada, que permitia o deslocamento do cortejo fúnebre; com relação ao controle do uso da terra, o poder público municipal era e ainda é o proprietário da maioria dos cemitérios no Brasil, mantendo um amplo controle do seu uso.

As qualidades atrativas do sítio não eram levadas em consideração. A maioria dos cemitérios foram deslocados para áreas onde a topografia, geologia ou mesmo a paisagem natural não eram analisadas previamente. Sabe-se hoje que as características dos solos são

capazes de acarretar fenômenos biológicos que modificarão ou impedirão os processos de decomposição ou transformação dos cadáveres, impedindo a possibilidade de poluição ou contaminação das águas superficiais ou subterrâneas.

Portanto, os cemitérios adquirem toda uma infra-estrutura que induzirá a urbanização para as áreas onde se localizam. Veremos isso utilizando com o caso específico de Florianópolis, onde a infra-estrutura pré-existente criada para os cemitérios vai facilitar a expansão territorial da cidade.

3.2 OS CEMITÉRIOS DE FLORIANÓPOLIS

3.2.1 A Legislação específica

A cidade é um cenário de vida, mas dentro desse cenário ocorrem inevitavelmente mortes, que é a finalização do ciclo da vida. Portanto não podemos conceber uma cidade sem locais específicos para a morte. É aí que entram os cemitérios, lugares simbólicos para todo o tipo de comunidade, independente de credo ou classe social, onde um dia todos vamos aportar.

A Lei Municipal 246 de 15 de novembro de 1955 trata das disposições gerais que disciplinam os cemitérios públicos de Florianópolis:

Art. 1.785. Os cemitérios do município terão caráter secular, e, de acordo com o artigo 141, § 10 da Constituição Federal, serão administrados e fiscalizados diretamente pela Prefeitura.

§ 1º É permitido a irmandades ou organizações religiosas manter cemitérios uma vez satisfeitas as exigências de leis municipais e as prescrições regulamentares do Departamento Estadual de Saúde.

§ 2º Os cemitérios referidos no parágrafo anterior, somente poderão funcionar, mediante prévia autorização da Prefeitura e do Departamento Estadual de Saúde.

Além das irmandades, é permitido a instalação de cemitérios particulares, desde que cumpram as exigências impostas a esse tipo de serviço. A Lei disciplina ainda os horários, propriedades das sepulturas, registros de óbitos, inumações (enterramentos) e dimensões dos túmulos.

O artigo 1.793 diz que as sepulturas serão temporárias ou perpétuas. No seu inciso primeiro regulamenta o prazo mínimo para exumação do cadáver em sepulturas perpétuas em cinco anos, prazo alterado de acordo com Decreto Estadual 30.570 de 14 de outubro de 1986 para quatro anos, contados da data do óbito. Este prazo será reduzido para dois anos no caso de crianças com idade de até seis anos. Essa redução do prazo veio ao encontro à necessidade dos cemitérios maiores em liberar os túmulos para novos sepultamentos mais cedo, visto que desde o início da década de 1980 começa-se a perceber a iminência do esgotamento interno de algumas necrópoles da capital catarinense.

A lei proíbe os sepultamentos com menos de doze horas após o falecimento, salvo em casos autorizados pelo médico expresso na declaração do óbito. Essa obrigatoriedade permite que ainda se mantenha forte o ritual do velório, que geralmente ocorre nas capelas mortuárias dos hospitais ou dos cemitérios.

3.2.2 Classificação

Ao analisarmos a situação dos cemitérios de Florianópolis encontramos três classes de cemitérios: particulares, comunitários e públicos (figuras 4 e 5).

CEMITÉRIOS PARTICULARES: definimos como cemitérios particulares, os cemitérios que estão sob a administração de uma empresa e que funcionam de acordo com os parâmetros de mercado.

Dentre as áreas estudadas o Cemitério Parque Jardim da paz é o único em Florianópolis que efetivamente se encaixa como uma necrópole particular. Situado no quilômetro 3 da Rodovia SC 401, foi inaugurado em 1970, conta hoje com aproximadamente 50.000m², tem capacidade para 4.000 túmulos.

Os cemitérios jardins são originários dos Estados Unidos e foram adotados pela maioria dos países desenvolvidos. Caracterizam-se pela paisagem de amplos jardins ou bosques gramados, sem a ostentação de túmulos ou mausoléus, identificando as sepulturas por uma lápide de mármore ou granito.

O primeiro cemitério jardim do Brasil foi instalado no Paraná, denominado Jardim da Saudade, serviu de modelo em sua categoria para outras cidades brasileiras. Apresenta como finalidades e filosofia (www.jsaudade.com.br/história.htm, acessado em 12.01.03):

“FINALIDADES

- I. Solucionar o problema de escassez de área para sepultamento nas cidades de maior densidade demográfica;
- II. Estabelecer um meio termo entre a ostentação suntuária do cemitério convencional e a frieza dos cemitérios verticais;
- III. Possibilitar as pessoas inteligentes e civilizadas a previsão e provisão de toda a assistência necessária ao momento de dor que a todos atingirá;
- IV. Contribuir para uma solução digna e moderna de tão antigo problema oferecendo também toda a assistência às famílias enlutadas para que possam se dedicar inteiramente nos últimos instantes aos que se vão;

V. Aumentar a área verde da cidade colaborando assim com o equilíbrio ecológico e dar novos parques à cidade.

FILOSOFIA

I. A igualdade absoluta entre os homens na derradeira morada sem distinção econômica, social, de raça, credo religioso ou de qualquer natureza;

II. A ausência de ostentação e de gosto duvidoso como a construção de túmulos, mausoléus, etc;

III. Criar ambiente próprio para os momentos de evocação e saudade em ambiente que possa ser visitado por crianças, eliminando o medo e traumas provocados pelos cemitérios convencionais;

IV. Fazer do campo santo um belo jardim natural, nivelando a todos pelo verde dos gramados singelamente identificados por uma lápide de granito.”

TABELA 3 - Tabela De Preços Do Cemitério Parque Jardim Da Paz

JAZIGO PERPÉTUO FAMILIAR DUPLO SOBREPOSTO (QUADRA “B”):

Plano I - R\$ 4.975 à vista

Plano II - R\$ 5.070,00 em 1 + 1 de R\$ 2.535,00

Plano III - R\$ em 1 + 4 = entrada de R\$ 1894,00 + 4 parcelas de R\$ 879,00

JAZIGO PERPÉTUO FAMILIAR DUPLO LATERAL (QUADRAS “D” e “E”):

Plano I - R\$ 5.975,00 à vista

Plano II - R\$ 6.096,00 em 1 + 1 de R\$ 3.048,00

Plano III - R\$ 6.500,00 em 1 + 4 = entrada de 2.280,00 + 4 parcelas de R\$ 1055,00

*validade dos preços: de 15/02/03 a 31/05/03

Fonte: www.cemiterioparquejardimdapaz.com.br, acessado em 14.05.03

Se por um lado os cemitérios jardins apresentam-se como belas soluções para o problema de escassez de áreas para sepultamentos na cidade, por outro lado têm acessibilidade limitada devido ao alto custo como é possível se verificar na tabela 3, o que impede a maioria da população de adquirir um terreno nesses locais.

Os valores praticados acabam por ferir o primeiro ponto da filosofia adotada pelos cemitérios jardins, visto que a distinção econômica é o requisito necessário para uma pessoa que deseja adquirir um jazigo nessas áreas. Conseqüentemente tende a provocar uma diferenciação social entre os cemitérios públicos, considerados populares e os cemitérios particulares, caracterizados como de elite.

CEMITÉRIOS COMUNITÁRIOS: classificamos como cemitérios comunitários todas as necrópoles que são gerenciadas por uma corporação sem fins lucrativos.

Através das pesquisadas realizadas, foi possível relacionar um número considerável de cemitérios pertencentes a irmandades em Florianópolis, como o Cemitério São Francisco de Paula, situado atrás da capela com o mesmo nome em Canasvieiras; o Cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Conceição, localizado atrás da igreja com o mesmo nome na Lagoa da Conceição; o Cemitério da Irmandade Divino Espírito Santo em Santo Antônio de Lisboa; o Cemitério da Irmandade Senhor Jesus dos Passos, localizado atrás do Hospital de Caridade no bairro da Prainha; áreas dentro do cemitério São Francisco de Assis no Itacorubi, pertencentes às Irmandades Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Parto, Mont Serrat, Santíssimo Sacramento, Comunidade Alemã, Ordem Terceira e Espírito Santo.

A reserva de áreas dentro do cemitério São Francisco de Assis para as sete irmandades tem raízes históricas no século XIX quando da construção do Cemitério Público no Morro do Vieira. As irmandades receberam, por volta de 1841, da Câmara municipal de Desterro áreas demarcadas dentro do cemitério para as suas necrópoles, já que haviam sido



16. Mapa físico - POLÍTICO do Município de Florianópolis - Escala: 1:100000

proibidos os enterramentos dentro e ao redor das igrejas. Diferentemente, a pequena comunidade alemã da cidade, quase todos comerciantes protestantes, por sentir-se depreciada pelo tratamento recebido pela comunidade católica, que lhes reservava espaços dentro dos cemitérios destinados aos indigentes, decidiu comprar um terreno ao lado da necrópole pública de uso restrito aos seus associados no Morro do Vieira, hoje cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. Interessada na desativação do Cemitério Público, a Prefeitura da capital ofereceu, em 1925, às irmandades e a Associação da Comunidade Alemã áreas dentro do extenso Cemitério São Francisco de Assis, onde permanecem até hoje. Os cemitérios das irmandades geralmente estão ligados a credos religiosos, onde os associados, irmãos, pagam uma taxa para adquirir a “jóia”, isto é, o direito de participar da Irmandade. Os irmãos assumem o compromisso de pagar a anuidade estabelecida pela associação que lhes dará o direito de serem enterrados no cemitério da mesma. Os valores normalmente são populares, no entanto, a participação é restrita aos participantes do credo, ou pelo menos àqueles que assim se declaram.

OS CEMITÉRIOS PÚBLICOS: são classificados como cemitérios públicos as necrópoles que estão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal.

A administração dos cemitérios da cidade se divide por três secretarias: o cemitério São Francisco de Assis é responsabilidade da SUSP (Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos); o cemitério São Cristóvão no bairro de Coqueiros é administrado pela Secretaria Regional do Continente e os demais são responsabilidade da SMTO (Secretaria Municipal de Transportes e Obras), administrados diretamente pelas Intendências Distritais.

O município de Florianópolis possui atualmente 13 necrópoles públicas (figura 5) nos diversos distritos da capital, como apresentamos a seguir:



Fonte: Mapa físico - POLÍTICO do Município de Florianópolis - Escala: 1:100000

- O Cemitério São Francisco de Assis

É o maior cemitério da capital com 93.270 m². Sua construção no bairro do Itacorubi justificou-se por ser uma área distante do perímetro urbano. Há 78 anos, a necrópole era considerada um “colosso” pela sua imensidão territorial. Sucessivas vezes, foi noticiado o total esgotamento do seu espaço interno, posteriormente retardado por medidas paliativas.

Em 1994 foi idealizado um projeto de desmembramento de um terreno próximo ao São Francisco de Assis, pertencente a uma construtora, para futura expansão do cemitério. No ano anterior, a prefeitura comprometeu-se em modificar a classificação do zoneamento da área e em troca a empresa cederia uma parte do terreno para a expansão do cemitério. O que se verificou foi que houve a modificação do zoneamento, conforme a Lei 4.275/93. Porém, a empresa não cumpriu a sua parte, não cedendo o terreno para expansão.

Em 1996 a SUSP fez uma reunião com os representantes das irmandades, para a cessão de parte de seus terrenos para a utilização pela Administração pública, mas somente a Irmandade Nossa Senhora do Rosário concordou, no entanto seu espaço já se encontrava totalmente ocupado.

Em 1997 o Cemitério Francisco de Assis contava com 12 mil sepulturas e 47.851 pessoas enterradas, seu esgotamento foi anunciado para julho deste mesmo ano. Devido à eminência do esgotamento o secretário da SUSP na época, Sr. João da Bega, autorizou, em outubro de 1997, a utilização de parte dos terrenos das irmandades, abrindo vagas para aproximadamente 150 novas sepulturas, além de outras 150 vagas que surgiram como o término da remoção de um bloco rochoso no interior do cemitério em 2001. Até então a SUSP vinha contornando o problema com exumações que pouco surtiam efeito, havendo meses em que não ocorria nenhuma.

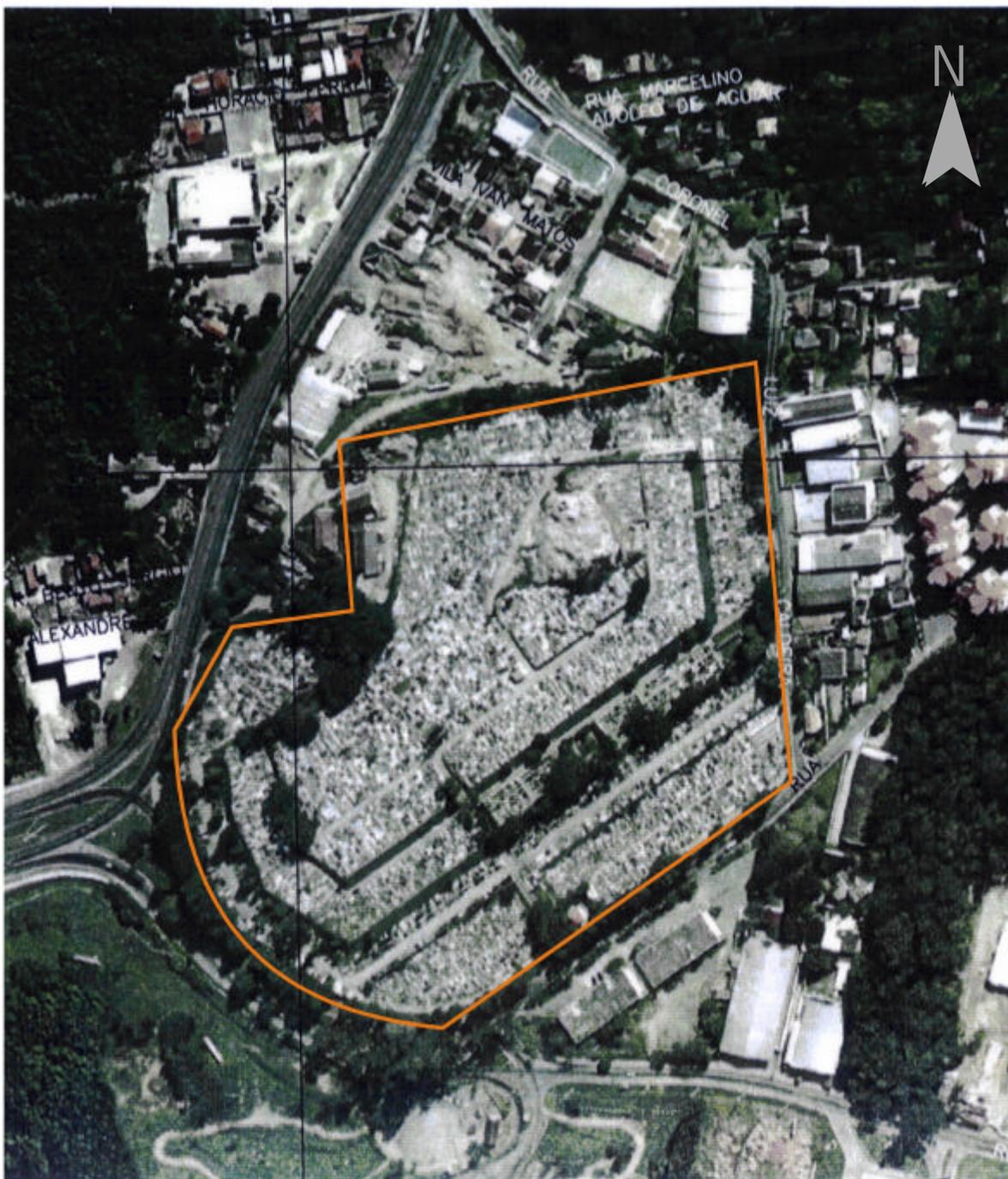


FOTO AÉREA 1 - Vista aérea do Cemitério São Francisco de Assis e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério

Em setembro de 2002 foi executada uma carreira de cem lóculos (túmulos verticais de alvenaria). Apesar de não serem bem aceitos pela comunidade, quase todos já estão ocupados, a maioria por indigentes.

Por mês em média são sepultados 75 (setenta e cinco) corpos no cemitério São Francisco de Assis e são feitas em torno de três exumações. Atualmente o problema de espaço para novas sepulturas foi resolvido utilizando-se soluções emergenciais. No entanto, é uma questão de tempo para que o problema volte à tona.

- O Cemitério São Cristóvão

Localizado no bairro de Coqueiros, no continente, é o segundo maior da cidade, com uma área de 21.987 m². A oficialização de sua criação data de 21 de dezembro de 1951 através da Lei 118-A, quando então passa a ser denominado de Cemitério Público de Coqueiros. Em 1969 passa a denominar-se Cemitério São Cristóvão, conforme Lei 917. Chama a atenção o fato de algumas sepulturas datarem da década de 1910 e 1920, no entanto, não encontramos registros históricos que comprovem a existência do cemitério nestas datas.

É limitado na frente pela Avenida Governador Ivo Silveira, que dá acesso à ponte Pedro Ivo Campos; ao lado esquerdo pelo Conjunto Residencial Jardim Continente e casas comerciais; no lado direito pela Rua São Cristóvão; nos fundos pela Servidão São Cristóvão. Portanto, sem condições de se expandir (Foto aérea 2). Como solução para o esgotamento do espaço do cemitério, a administração municipal adotou, desde a década de 80, a verticalização dos túmulos, os lóculos, o que não foi aceito pela comunidade, pois poucos admitem serem “enterrados” neles. Por isso, a prefeitura restringiu seu uso aos indigentes. Outra solução encontrada foi a exumação dos cadáveres, isto é, depois de quatro anos, os

restos mortais são retirados e depositados no ossário (caixa subterrânea feita de tijolos), reutilizando-se os túmulos posteriormente. Entretanto, as exumações têm surtido pouco efeito, devido ao pequeno número em relação às necessidades da necrópole. Além disso, os ossários encontram-se completamente lotados, sendo atualmente utilizadas algumas sepulturas verticais como depósitos de ossos, que depois de completamente lotadas são lacradas permanentemente.

A necrópole do continente se mantém funcionando apenas com enterros em túmulos onde os corpos foram exumados, nos gavetões de concreto e ainda nos raros terrenos comprados antes da superlotação.

- O Cemitério de Canasvieiras

É o terceiro maior da cidade com 7.775,58, incluindo 614 m² de área construída da igreja. O terreno da necrópole municipal foi adquirido em 1961, mas na realidade há dois cemitérios na mesma área. Um municipal e outro da Irmandade denominado de São Francisco de Paula, o mesmo nome da capela em frente. O Cemitério São Francisco de Paula, apesar de contíguo à necrópole municipal pertence a irmandade da capela. Não há divisória que permita identificar onde termina um e começa o outro, no entanto, o cemitério São Francisco de Paula ocupa uma faixa bastante pequena do terreno, não ultrapassando três metros de largura por dois de comprimento. Sua lotação já se encontra esgotada há muitos anos.

A capacidade de lotação do Cemitério de Canasvieiras estava esgotada há alguns anos. Com a utilização do terreno no fundo do cemitério pertencente a Casan, atualmente a



FOTO AÉREA 3 - Vista aérea do Cemitério de Canasvieiras e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

Limites do Cemitério



unidade voltou a ter espaço para aproximadamente 150 túmulos.

Quase todo o entorno do cemitério municipal é ladeado por conjuntos residenciais ou casas de classe média, excetuando a parte frontal do cemitério, onde passa a rodovia Tertuliano Brito Xavier (foto aérea 3).

Chama atenção o fato, apesar do pequeno número, de sepultamentos de turistas nacionais e argentinos, segundo o Livro de Óbitos da Intendência, que sofreram qualquer fatalidade em Florianópolis e a família achou inconveniente transladar o corpo para a cidade de origem do falecido.

- O Cemitério da Lagoa da Conceição

Possui uma área de 4.465,00 m² e data da década de 1930. É importante frisar que quando estamos nos referindo ao Cemitério da Lagoa estamos falando da necrópole situada na rua Manoel Severino de Oliveira, na parte central da Lagoa e não do cemitério localizado nos fundos da Capela Nossa Senhora da Conceição, pertencente à irmandade da capela e que se encontra completamente lotado, funcionando somente com exumações familiares.

Apesar de estar cercado por duas rodovias e residências (foto aérea 4), o cemitério da Lagoa não apresenta problema de esgotamento interno de sua área. Os problemas são as depredações provocadas por vândalos no interior da necrópole como quebras de túmulos e pequenos furtos.

- O Cemitério do Ribeirão da Ilha

Inaugurado possivelmente em 1853, quando até então os enterramentos eram feitos no interior da Capela Nossa Senhora da Lapa, no Alto Ribeirão. Possui 6.967 m² de área, estando localizado no lado esquerdo da capela (foto aérea 5).

Até 1996 a área do cemitério estava completamente lotada de túmulos, só funcionando com vagas liberadas através de exumações. A partir desta data começou a ser escavada uma parte da encosta do morro para que permitisse espaço para mais alguns túmulos. Também neste mesmo ano, na administração do prefeito Sérgio Grando, foi lançado um projeto para a instalação de uma necrópole no Ribeirão (a atual fica no Alto Ribeirão), mas não foi aceito pela comunidade. Seu espaço interno encontra-se esgotado para novos túmulos desde o ano de 2000.

- O Cemitério de Santo Antonio de Lisboa

É comum ao se falar do Cemitério de Santo Antonio de Lisboa confundi-lo com o cemitério da Irmandade Divino Espírito Santo, que fica nos fundos da Igreja de Nossa Senhora das Necessidades, pois os dois estão assentados na mesma área, apesar de servível a demarcação entre os dois. O terreno da necrópole pública foi doado pela igreja e sua criação se deu, provavelmente, pela falta de espaço no cemitério da irmandade.

Com 2.970,00 m² não há registros de sua inauguração. A data mais antiga no livro de aforamentos é de 1929. Contudo, acredita-se que o cemitério tenha sido inaugurado no final do século XIX.

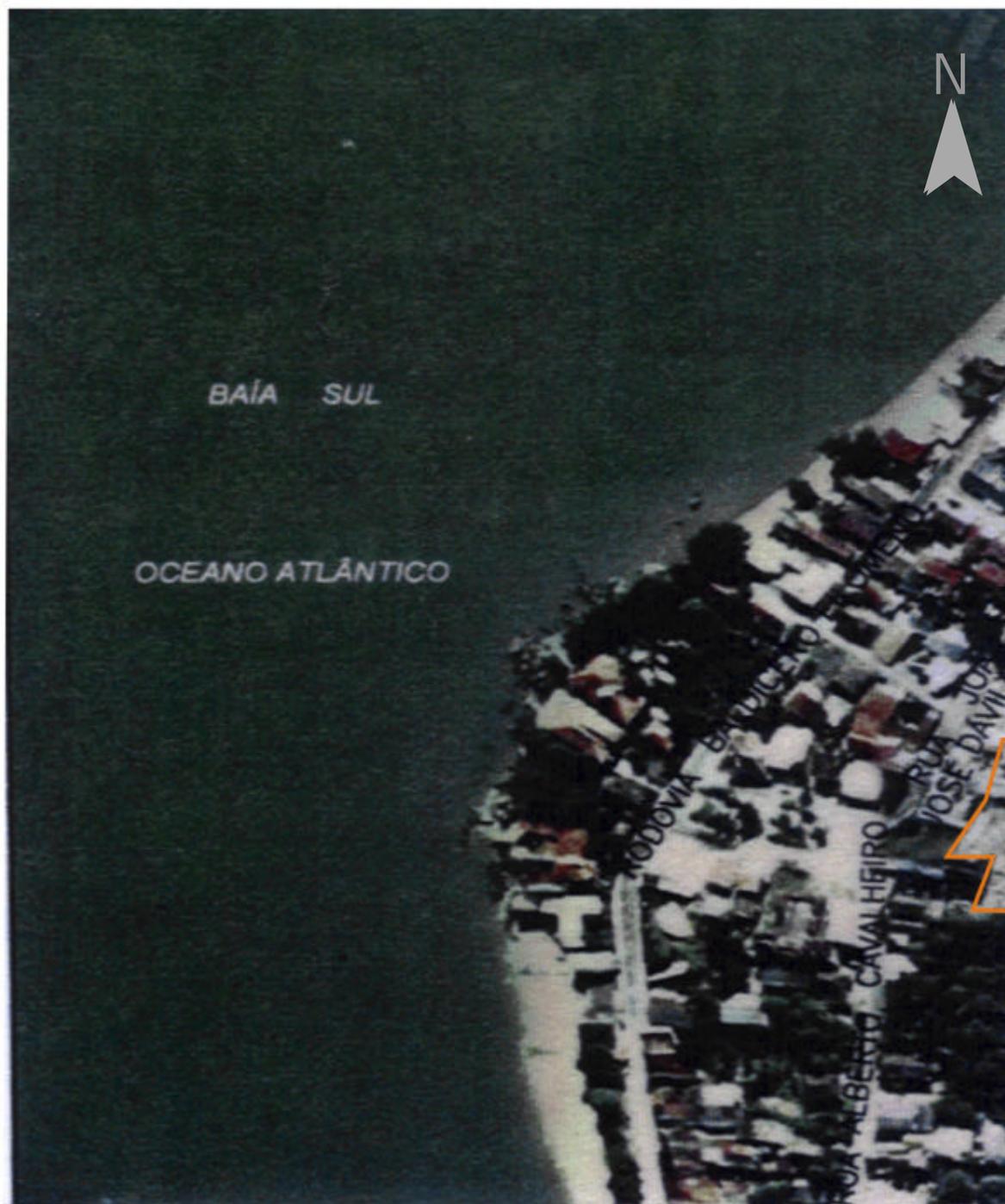


FOTO AÉREA 5 - Vista aérea do Cemitério do Ribeirão da Ilha e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério

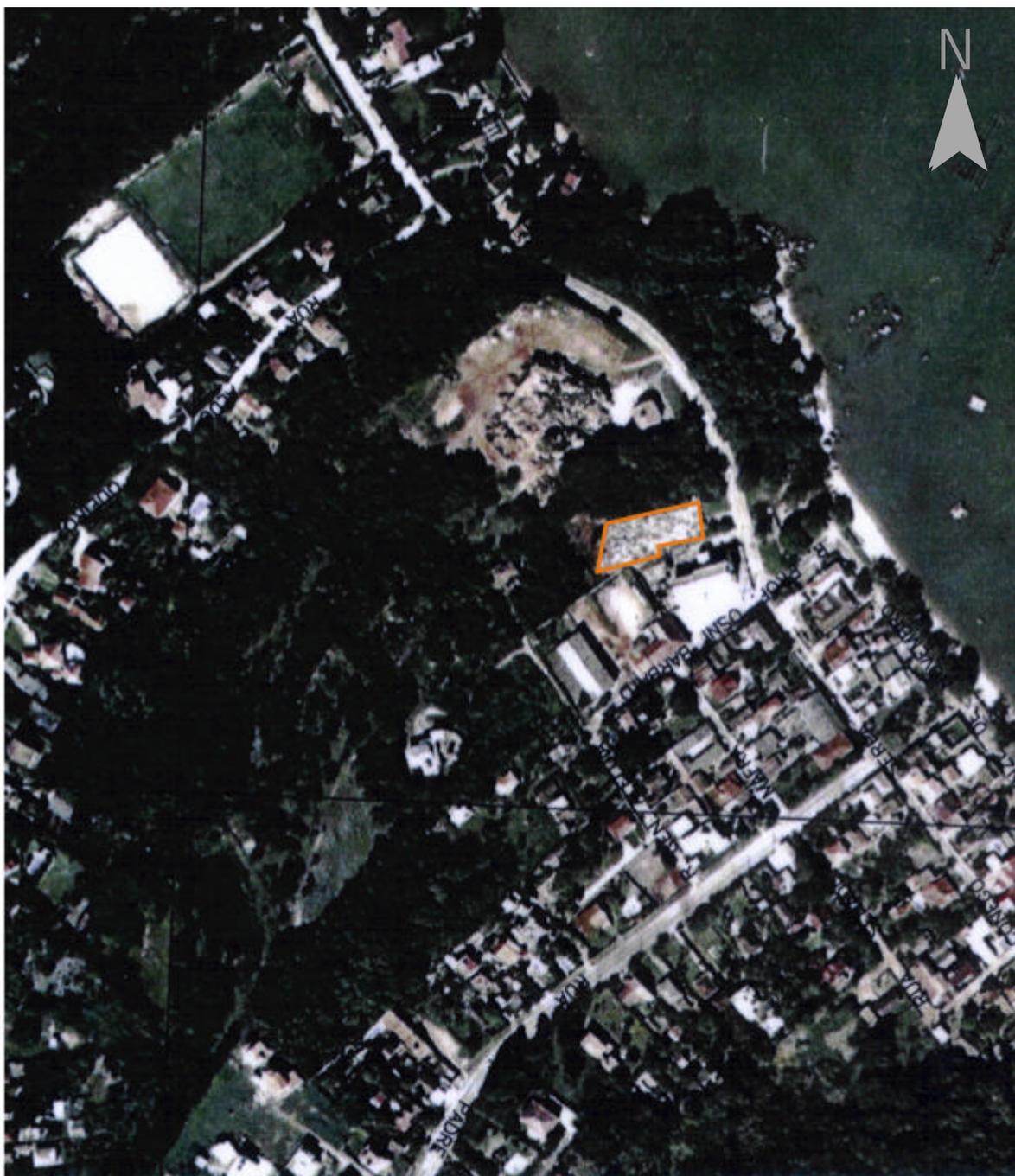


FOTO AÉREA 6 - Vista aérea do Cemitério de Santo Antônio de Lisboa e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério

Cerca de 80% dos túmulos são públicos, isto é, não foram vendidos a particulares. No entanto, devido à falta de registros, não é possível distinguir facilmente quais são os túmulos que estariam aptos a serem exumados e colocados a disposição para novos sepultamentos. Em 1997 o cemitério encontrava-se com sua área esgotada para novos túmulos, com a conclusão da construção de 26 túmulos verticais em 2003 a unidade voltou a ter, temporariamente, novas vagas.

- O Cemitério de Ratonas

Conclui-se que sua inauguração tenha ocorrido em 1935, quando então, a Prefeitura Municipal adquiriu o terreno. Localiza-se ao lado da Capela Nossa Senhora dos Remédios no centro do distrito, à rua Intendente Antonio Damasco. Com 2.747,50 m² (foto aérea 7) o cemitério ainda não sofre com o problema de lotação de seu espaço interno.

- O Cemitério do Campeche

Localizado atrás da Capela São Sebastião, não se tem notícias de sua criação, contudo, estima-se que date da mesma época da capela, 1826. Todos os terrenos do cemitério são particulares. No primeiro semestre de 1997 a falta de vagas para sepultamentos de era tão desesperadora que foi solicitado ao padre responsável pela capela o recuo de uma faixa aproximada de dois metros da cerca para que fosse possível a utilização de espaço para mais quatro túmulos.

Depois de anos de reivindicações, em 2000 foi desapropriado um terreno ao lado do cemitério, o que, acredita-se, resolverá o problema da falta de vagas na necrópole do Campeche por aproximadamente 10 anos.



FOTO AÉREA 7 - Vista aérea do Cemitério de Ratoles e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério



FOTO AÉREA 8 - Vista aérea do Cemitério do Campeche e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério

- O Cemitério da Armação do Pântano do Sul

Localizado ao lado da Igreja de Sant'Anna, na rua Antonio Borges dos Santos, na Armação do Pântano do Sul, mede 2.790,00 m² e foi inaugurado em 1947.

Devido ao esgotamento dos cemitérios do Campeche até o ano de 2000 e do Pântano do sul, o cemitério da Armação acabou atendendo as necessidades fúnebres dessas regiões, além de sua própria comunidade, o que acelerou a ocupação do seu terreno.

Ladeado pela igreja, residências e pela avenida Antonio Borges dos Santos (foto aérea 9) , sua expansão será praticamente impossível.

- O Cemitério do Rio Vermelho

Inaugurado em 1877 está localizado atrás da Capela São João Batista, no Distrito de São João do Rio Vermelho (foto aérea 11). Desde a sua inauguração foram feitos três aumentos em sua área, possuindo hoje aproximadamente 1.398,75 m².

Em 1997 a questão cemitério era um problema que não preocupava a comunidade devido aos seguintes fatores: primeiro, porque o cemitério ainda possuía de 60 a 80 novas vagas para sepultamento, além dos túmulos disponíveis para exumações; segundo, porque a mortalidade na comunidade era baixa, geralmente ocasionada por velhice; por último a ocupação populacional do distrito era bastante pequena em relação a localidade de Ingleses, o que permitia prever ainda muitos anos para que o cemitério viesse a sofrer com a falta de



FOTO AÉREA 9 - Vista aérea do Cemitério da Armação do Pântano do Sul e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério

espaço para sepultamentos. No entanto os fatores presentes em 1997 mudaram. Em 2003 há poucas vagas no cemitério, situação provocada pelo significativo aumento da população do distrito, além da utilização das vagas existentes no cemitério para sepultamentos que deveriam, a princípio, ir para o Cemitério de Ingleses. Hoje a questão cemitério já é motivo de preocupação para comunidade de Rio Vermelho.

- O Cemitério de Ingleses

Inaugurado no ano de 1884 e com uma área de 1.660,50 m² o cemitério encontrava-se lotado já em maio de 1997 quando o intendente, Sr. Paulo Fernando da Silveira, ordenou o deslocamento do portão para permitir espaço para mais quinze sepulturas, hoje (2003) restam somente três vagas.

O problema da falta de espaço na necrópole dos Ingleses é antigo. Em 1987 foi feito um levantamento planialtimétrico de uma área nos fundos do cemitério para a sua ampliação, contudo, grande parte do terreno constituía-se de dunas, o que inviabilizou a intenção de ampliação. Em janeiro de 1996, o prefeito Sérgio Grandó decretou como área de utilidade pública um terreno pertencente ao Sr. Teodoro R Vahl na localidade de Capivari, distante aproximadamente 1 km do atual cemitério. A área desapropriada seria de 13.000,00 m². No entanto, o processo não teve prosseguimento.

Apesar do Distrito ter sofrido um surpreendente crescimento imobiliário e populacional na última década do século XX, o que acarretou o esgotamento do cemitério, além de outros problemas de infra-estrutura existentes na região, uma área de 13.000,00 m² solucionaria o problema da falta de vagas para sepultamentos durante mais de uma década.



FOTO AÉREA 10 - Vista aérea do Cemitério do Rio Vermelho e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

 Limites do Cemitério



FOTO AÉREA 11 - Vista aérea do Cemitério de Ingleses e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério

- O Cemitério do Pântano do Sul

Inaugurado em 02 de outubro de 1949, conta com 768,35 m² de área (foto aérea 12). Encontra-se lotado desde 1997. Até o momento a área vem funcionando somente com as exumações e quando a família não possui terreno comprado no cemitério, o sepultamento é encaminhado para o cemitério da Armação do Pântano do Sul.

Em 1992, na administração do prefeito Bulcão Viana, a prefeitura desapropriou o terreno contíguo ao cemitério, no lado esquerdo, pertencente ao Sr. Abel Juste. Esse terreno, quase do mesmo tamanho do atual cemitério, resolveria o problema da falta de espaço para novas sepulturas por no mínimo 30 anos, mas como não houve o pagamento da indenização referente à desapropriação, o terreno encontra-se abandonado.

- O Cemitério da Barra da Lagoa

Com 1.031,75 m², foi criado em 1955 e inaugurado em 24 de novembro de 1959. Teve como fundador e primeiro administrador o Sr. Armando José de Afonso.

Localizado na Fortaleza da Barra está cercado por residências, exceto num dos lados, cujo terreno pertence à prefeitura (foto aérea 13). No entanto esse terreno, por ser uma encosta íngreme voltada para o Canal da Barra, não permite a sua futura expansão.

Apesar do pequeno número de novas sepulturas, até o momento a necrópole pública não apresenta problemas de lotação de seu espaço. Mas os loteamentos em instalação e outros projetos de significativos de impacto local levam a prever uma ocupação acelerada e na necessidade se pensar também na questão do cemitério.

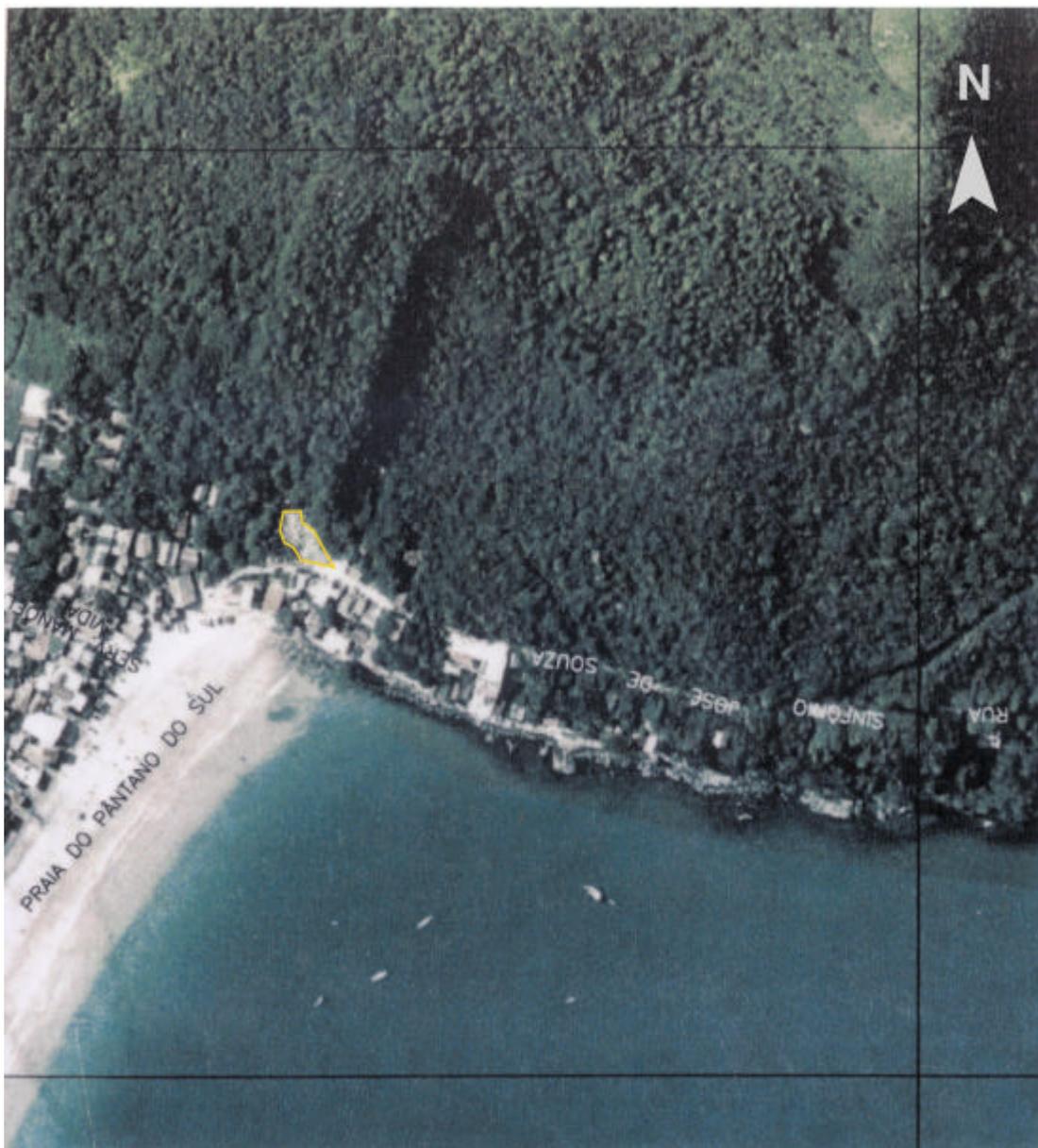


FOTO AÉREA 12 - Vista aérea do Cemitério do Pântano do Sul e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério



FOTO AÉREA 13 - Vista aérea do Cemitério da Barra da Lagoa e de seu entorno

Fonte: IPUF, 2000 - Escala Original 1:5000 – Ampliada p/ 1:2000

LEGENDA

— Limites do Cemitério

A tabela número 4, elaborada pela autora, sintetiza as informações dos cemitérios públicos e dá conhecimento da situação de cada um à época. Situação esta desconhecida por parte do órgão de planejamento prefeitura IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), como foi possível constatar. A tabela sintetiza as informações dos cemitérios públicos e dá conhecimento do estado de esgotamento da maioria deles.

TABELA 4 – Cemitérios Públicos de Florianópolis: área e situação em 1997 e 2003

CEMITÉRIO	ÁREA (m ²)	SITUAÇÃO EM 1997	SITUAÇÃO EM 2003
São Francisco de Assis	93.270,00	Em vias de esgotamento	Há vagas (*)
São Cristóvão	21.987,00	Esgotado	Esgotado
Canasvieiras	7.775,58	Esgotado	Há vagas(*)
Lagoa	4.465,00	Há vagas	Há vagas(*)
Ribeirão da Ilha	6.967,00	Em vias de esgotamento	Esgotado
Santo Antônio de Lisboa	2.970,00	Esgotado	Há vagas(*)
Ratones	2.747,50	Há vagas	Há vagas(*)
Campeche	2.200,00	Esgotado	Há vagas(*)
Armação do Pântano	2.790,00	Em vias de esgotamento	Em vias de esgotamento
São João do Rio Vermelho	1.398,75	Há vagas	Em vias de esgotamento
Ingleses	1.660,50	Em vias de esgotamento	Em vias de esgotamento
Pântano do Sul	768,35	Esgotado	Esgotado
Barra da Lagoa	1.031,75	Há vagas	Há Vagas(*)

Fonte: Intendências Distritais, IPUF e SMTO (adaptação da autora).

(*) Não é possível apresentar o número de vagas, pois os administradores dos cemitérios, os coveiros, não tem um levantamento cadastral que permita quantificar o número exato de vagas disponíveis.

3.2.3 Teoria e prática: o caso de Florianópolis

Segundo Villaça (2001, p.78) seja no espaço intra-urbano ou no regional, a estrutura espacial advém de transformações dos pontos do espaço urbano, como seus atributos, valores, preços e seus usos, as quais decorrem, em última instância, da melhoria da acessibilidade. Isso ocorre, seja na exploração de terras valorizadas, seja nas grandes obras urbanas que ou introduzem novas acessibilidades ou aproveitam acessibilidade já existente. O autor deixa claro, que uma via por si só não provoca nem o crescimento nem o desenvolvimento urbano, mas influencia na estruturação do espaço.

Para Clark (1985, p.165) ao se analisar a complexidade locacional e funcional de um sistema urbano percebe-se que ela reflete as várias histórias da cidade que a constituem e estas operam com intensidade variada em diferentes momentos em relação às diferentes funções urbanas do passado. Neste sentido, convém se fazer um resgate histórico de Florianópolis desde a sua colonização até a atualidade para fazer uma relação entre o crescimento da acessibilidade da cidade e seu arranjo territorial.

A colonização: século XVIII

Com a chegada dos açorianos em Desterro entre 1748 e 1753, as necessidades de comunicação entre a ilha e o continente aumentaram. Até aquela data essa comunicação e conseqüentemente seu comércio e comunicação com as aldeias entorno dependia das vias aquáticas, utilizando-se pequenas embarcações. Com a permanência dos açorianos houve uma demanda por infra-estrutura, devido ao afluxo repentino de população. Com isso, forçou-se a expansão do núcleo urbano inicial, que até então permanecia em torno da Igreja Matriz, surgindo assim várias ruas: Livramento (Trajano); Quartéis Novos (Deodoro);

Palhoça, depois rua Propósito e finalmente Jerônimo Coelho; Vigário (Fernando Machado); Cadeia e Augusta (Tiradentes e João Pinto) e posteriormente, a rua da Lapa (Saldanha Marinho) foram as primeiras ruas traçadas. Em 1819, Desterro contava com 34 ruas e uma praça central, traçadas de acordo com a Provisão Real de 1748, alastrando seu crescimento no sentido norte (ANDRADE, 1981, p.23).

Segundo Veiga (1993, p.62) “o centro urbano esboçado começou a se adensar e crescer ao longo de ruas estreitas que partiam do centro rumo às fontes d’água existentes nas proximidades. (...). A fortificação da ilha, além da fundação das primeiras irmandades e a construção de suas igrejas reforçaram a paulatina expansão do núcleo urbano inicial, que se irradiava para o Norte e o Sul do triangulo central”.

Expansão urbana no século XIX

Entre a chegada dos imigrantes e meados do século XIX pouca coisa mudou, tanto no traçado urbano, quanto na comunicação de Desterro com as aldeias entorno. Somente nas últimas décadas do século XIX, com o crescimento da população e a evolução da vida econômica e social de Desterro, foi necessário regularizar o transporte de mercadorias e de pessoas, com a contratação de serviços de balsas.

No final do século XIX, algumas obras de grande vulto foram iniciadas, como o aterro e o cais da praia da Figueira que teria como principal função à desobstrução da rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra) que se iniciara na ponta do carvão até o prolongamento da rua Sete de Setembro. Na mesma época, para facilitar a atracação dos vapores aos trapiches da cidade, foi executada a dragagem numa faixa ao longo do litoral, desde o Arataca até a parte fronteira ao largo Badaró, onde havia o embarque e desembarque de passageiros e cargas (ANDRADE, 1981). Durante esse período haviam grandes áreas não

construídas, de propriedade particular ou mesmo públicas que foram desconsideradas por longo tempo em torno do centro de Desterro, em particular algumas chácaras. As ruas paravam ou mudavam de direção quando encontravam uma chácara de pessoa influente na comunidade. Lentamente essas terras começam a serem incluídas na expansão do plano urbano devido às partilhas hereditárias ou mesmo pela divisão da terra para a venda (VEIGA, 1993).

Diferentemente do que acontecia geralmente, a chácara do cidadão Vieira de Castro, no Morro do Estreito (atual cabeceira insular da ponte Hercílio Luz), foi desapropriada para a construção do primeiro cemitério “extra-muros” da cidade. Quando se cogitou da instalação do Cemitério Público, a Câmara determinou que tivesse prosseguimento o alinhamento da rua do Príncipe até a necrópole, o que de fato ocorreu (CABRAL, 1979).

Segundo Veiga (*op cit*), é possível que este arruamento tenha sido muito rudimentar, visto que em 1865 a rua do Príncipe foi palco de novas obras. Concluídas as obras a via passa a ser atravessada por sete transversais, paralelas entre si e que cortavam também os eixos da rua Felipe Schmidt e Tenente Silveira.

Depois de cercado o terreno para o novo cemitério, ali edificou-se uma pequena capela e em 1840 é fundado o novo cemitério. A rua do Senado (atual Felipe Schmidt), construída por volta de 1846, também terminava na altura do portão do cemitério. Por aproximadamente quarenta anos o público em geral, quando queria alcançar mais rapidamente a Praia de Fora (atual região da Beira Mar Norte), aproveitava-se desse acesso, que atravessava o Cemitério Público. Em 1881, para evitar os transtornos ao cemitério, foi solicitado pelo presidente da província, João Rodrigues, o erguimento de uma cerca e portão, impedindo a entrada e passagem pela rua do Senado (VEIGA, 1990).

Alguns autores usam como tentativa de explicar a expansão de Desterro para leste justificando que a localização do cemitério era o grande limitador para oeste. Na realidade

desde o início da colonização, com a chegada dos primeiros colonizadores, esta tendência já ocorria devido as melhores características do sítio, onde desenvolveu-se o plano urbano, respeitando como centro a praça fronteira à igreja e tendo como orientação com a linha da praia. Segundo Peluso (1991, p.363) a expansão do núcleo urbano originou ruas que foram orientadas pela face leste do templo, haja vista a importância do porto, das fortificações e da linha da praia para a concentração da população e das vias públicas. Outrossim, cabe lembrar que a localização do Cemitério Público no Morro do Estreito se justificou pelas condições a princípio nada atrativas para ocupação: vento “qualquer que fosse a viração”, distância do centro urbano e do porto. A partir da infra-estrutura feita para a necrópole (continuação da rua do Senado), ela passa a adquirir uma qualidade atrativa que até então não possuía e que passa a ser de interesse da população: a passagem para a Praia de Fora. Note-se que, não fosse a intervenção do poder público, impedindo a passagem pela área, talvez a ocupação do entorno do cemitério tivesse ocorrido de forma mais intensa.

O século XX

No começo do século XX, Florianópolis ainda mantinha feições coloniais, com desenvolvimento econômico e populacional muito pequenos. As reformas urbanas iniciadas no final do século XIX foram muito tímidas e transcorreram mais no âmbito do discurso, reflexo das teorias higienistas, propagadas via capital da República, que visavam basicamente o controle dos hábitos e espaços da população. A consequência mais visível deste período, segundo Araújo (*apud* CECA, 1996) foi à segregação dos setores mais pobres da população.

Segundo Silva (2002, p.135), enquanto o executivo preocupava-se em priorizar algumas obras públicas, havia um clamor por parte de autoridades sanitárias, exigindo a

implantação urgente de uma rede de água e de esgotos, justificando que a falta desses favorecia o elevado índice de mortalidade na cidade, principalmente de crianças por doenças ligadas ao aparelho digestivo. A tabela 5 permite se observar o pouco crescimento populacional da cidade entre 1872 e 1940 em relação a outras capitais brasileiras na mesma época.

TABELA 5 - Evolução populacional de capitais de Estados – 1872/1940

Capital	1872	1890	1900	1920	1940
Salvador	129.109	174.412	205.813	288.422	290.443
São Paulo	31.385	64.944	239.820	579.033	952.805
Rio de Janeiro	274.972	522.651	691.565	1.157.873	1.764.141
Florianópolis	25.709	30.687	32.229	41.338	46.771
Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263	251.268

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1920/1940 e Anuário Estatístico do Brasil, 1936, 1941/45

Juntando-se ao clamor por melhorias sanitárias crescia o descontentamento da população com relação à localização do Cemitério Público, que a princípio foi considerada ideal por sua situação de elevação, mas devido ao crescimento da cidade passa a ficar muito próximo da área urbana, como é possível se observar no mapa de 1913 (figura 6).

Com o passar dos anos começa-se a cogitar a transferência do Cemitério Público. Segundo Veiga (1990, p.400), já em 1887 a questão da transferência começou a ser objeto de preocupações municipais prolongando-se por muitos anos, até que em 1912 o Conselho Municipal promulgou a Lei n. 343 autorizando a Superintendência Municipal a adquirir um terreno para uma nova necrópole. Somente em 1915 se efetivou a compra de um terreno para

este fim, no bairro do Itacorubi, na localidade de “Três Pontes”. No entanto a transferência do Cemitério Público não ocorreu:

Apesar dos reclames da população quanto as desvantagens do cemitério do centro, este apesar de tudo, ficava localizado próximo a área urbana, facilitando o traslado dos mortos para seu sepultamento. Naquela época as vias de acesso até as “três pontes” eram deficitárias e os meios de transportes rudimentares, implicando em uma noção de distância bem maior do que a real. Chegar até lá demandava tempo e desgaste. Além disso, a municipalidade teria ainda que investir em projetos e obras para a modelação da nova necrópole. Providências estas que demandariam recursos financeiros que a superintendência ainda não dispunha (SILVA, 2002, p.138).

Em 1910 é inaugurado o sistema de abastecimento de água, obra de suma importância para a questão sanitária da cidade, no entanto a cidade ainda carece de um sistema de esgotos sanitário. Logo após o advento da água encanada, surge outro problema em função da disponibilidade de águas nas residências, o aumento na quantidade de águas servidas. Cria-se um caos maior com a população despejando os esgotos nas vias públicas. O governo é inquirido a tomar providências, o que o faz com medidas paliativas no sentido de educar a população a adquirir novos hábitos de higiene. Somente em 1916 é inaugurada a Estação de Tratamento de Esgotos da capital, no local denominado de Arataca, próximo do Cemitério Público, para isso foram melhorados os acessos ao local (figura 7).

Convém ressaltar que as melhorias implementadas até então, tanto nas vias como na questão sanitária, se deram na região central da cidade não favorecendo o direcionamento da expansão urbana para a região continental e nem para além do Morro do Antão.



Figura 6 - Planta da cidade de Florianópolis – 1913

Fonte: Mapoteca do IPUF

— Limites do Cemitério Público



Figura 7 - Vista do cemitério alemão a esquerda, a direita o Cemitério Público e abaixo o forno de lixo e a estação de tratamento de esgotos. Fonte: Acervo Paulo Ricardo Caminha *apud* Silva (anexos).

Durante o segundo governo de Hercílio Luz (1918 e 1922) ressurgem as discussões com relação à localização da capital catarinense em Florianópolis. A sua transferência, que por diversas vezes foi cogitada para uma região mais central do Estado, em 1922 toma corpo com a apresentação de um projeto para a nova capital, que teria como local o planalto de Lages, às margens do rio Canoas. Argumentava-se que Florianópolis não tinha como se desenvolver, pois não produzia nada, tudo vinha de outras cidades. Por isso, Hercílio Luz, no seu terceiro governo (1922 e 1924) além de efetuar importantes obras de infra-estrutura e remodelação urbana na capital catarinense como a construção da avenida Hercílio Luz, inicia o projeto de construção de uma ponte que ligaria territorialmente Florianópolis ao continente. Entre as justificativas para construir a ponte afirmava que ela visava consolidar a

cidade como capital do Estado, o que nas primeiras décadas de sua inauguração, segundo Andrade (1981), não se concretizou. As repercussões foram, a princípio mais a nível local com a interligação da capital com a região imediata, o continente.

Nota-se que nas primeiras décadas do século XX o crescimento da cidade ainda é mais pronunciado na direção em torno da orla devido ao fato da maior parte dos transportes regionais ainda serem por via marítima. Isso demonstra que a expansão urbana da cidade mantém-se ainda ligada à região que mantém fluxo mais intenso de tráfego com as regiões vizinhas. Essa situação irá perdurar até que se um fato novo a reverta. Para Villaça (2001) a expansão urbana ao longo de um setor pode ser duradoura, desde que não haja nenhum acontecimento significativo contribua para essa mudança. A construção e inauguração da Ponte Hercílio Luz será o acontecimento significativo que irá reordenar a expansão territorial da capital.

As obras de construção da ponte começaram em 1923. Até esta data a região do continente apresentava um ritmo de crescimento quase nulo. As vias de transporte com a capital davam-se pelo mar, por isso as estradas não eram as vias preferenciais para o transporte. Estimulados pela construção da ponte surgem no continente, entre 1923 e 1924, os primeiros loteamentos do Estreito, cujo proprietário era o Sr. Nestor Bernardino e entre 1924 e 1925, inicia-se a abertura das primeiras ruas (SOARES, 1990, p.28).

Em 1924 dá-se início a transferência do Cemitério Público para a região rural das Três Pontes, ocupando uma área ladeada por chácaras e que apresentava pequeno número de habitantes. Segundo Silva (2002) o local para o novo cemitério não surgiu ao acaso, visto que já existia um outro operando desde a compra do terreno em 1915, quando a municipalidade ofereceu a opção para aqueles que não queriam os sepultamentos no Morro do Vieira. Porém, foram raros os casos de sepultamento no cemitério do Itacorubi até a data da transferência.

Antecedendo a transferência foram implementados projetos e obras de adequação interna e externa do novo cemitério, como o sistema de vias internas para circulação de veículos e pedestres, numeração de quadras e lotes, construção de ossuário comunitário, necrotério e sanitários. Também foram feitas obras de melhorias nas vias em torno do cemitério com a intenção de melhorar o acesso. De acordo com Veiga (1993. p.298):

Após a aquisição do terreno, no lugar chamado Três Pontes (bairro do Itacorubi) a questão (da transferência do cemitério) ainda perdurou, até que em janeiro de 1925, foi aberta concorrência pública para a realização de uma parte da obra. O trabalho passou a ser feito por administração, sendo o projeto e a obra de autoria e responsabilidade do Sr Carlos Nilson, que já prestara serviços anteriores à capital em obras de ajardinamento. O alto custo desta empreitada implicou num acordo para a divisão das despesas entre o Estado e o Município. Outros acertos foram feitos para exumação e o transporte dos restos daqueles sepultados no cemitério do Estreito, incluindo jazigos das diversas irmandades e as do cemitério alemão.

Finalmente em 1925 é inaugurado o novo cemitério municipal, denominado São Francisco de Assis. Por ironia a primeira pessoa a ser sepultada na necrópole é o coordenador das obras para instalação do cemitério, o Superintendente Municipal Waldemar Viegas.

É importante destacar que o caminho para a região do Itacorubi já existia, no entanto, é a melhoria da acessibilidade, proporcionada pelo cemitério, que vai lentamente, ao longo de suas vias, propiciar a expansão urbana.

A economia da cidade, até então baseada na atividade comercial-portuária, já estava perdendo a sua importância. O porto, raso para as navegações de grande calado, perdia seu dinamismo. As ruas da cidade, que começaram a ser pavimentadas no século anterior, passam nas primeiras décadas do século XX a sentirem o avanço dos veículos automotores. Somava-se a isso, a inauguração da Ponte Hercílio Luz que, ao estabelecer a ligação Ilha-Continente, rapidamente extinguiu o trânsito de balsas e lanchas pelo canal, assim como todo o sistema viário marítimo existente entre a Ilha e os portos vizinhos de São José, Palhoça e

Biguaçu. Com esse novo acesso Florianópolis passou a expandir o seu centro urbano em direção à área continental. Este processo acentuou-se ainda mais com o desenvolvimento e melhoria do sistema viário estadual e interestadual, que possibilitou o aumento do fluxo migratório e a fixação dos novos moradores na área continental, principalmente em função dos custos dos terrenos e da possibilidade de ocupação de terrenos públicos ou pouco valorizados. “A área continental do município adquiriu então a fisionomia atual, caracterizada por uma ocupação extensiva, na qual deixaram de existir vazios urbanos, espaços naturais ou sequer praças e áreas de lazer, dando a esta região da cidade a fisionomia de espaço suburbano de grande metrópole” (CECCA, 1996, p.110).

Com a decadência da atividade portuária, Florianópolis continuou a manter sua base econômica centrada no comércio e, secundariamente na administração pública, como capital do Estado. Após 1930, o comércio pouco a pouco foi desaparecendo enquanto função principal da cidade. “Em paralelo, a função de sede do governo passou a ter cada vez mais importância no contexto urbano de Florianópolis. No entanto, o período entre as décadas de 30 e 50 constituiu-se em um momento de transição bastante difícil, a cidade viveu um período de estagnação, principalmente econômica” (FACCIO, 1997, p.45).

Em 1951 é criado na colina de Coqueiros a Necrópole do Estreito em área desapropriada pelo poder público, visando atender a população da região continental e do centro da capital, que ainda resiste em utilizar o cemitério São Francisco de Assis devido a distância.

Na figura 8 (1938), percebe-se a estagnação de Florianópolis ao se verificar que a área urbana ocupada da cidade ainda se mantém basicamente no sítio inicial e as áreas em expansão apenas rodeiam a área central. Chama a atenção do observador o fato de que as vias de acesso a Ponte Hercílio Luz e as vias rurais no sentido norte começam timidamente a ter uma pequena densificação. O Itacorubi, região bastante rural, ainda não é atingido pelo

processo de expansão urbana. Cabe lembrar que o cemitério São Francisco foi inaugurado nesta região há somente 13 anos até então.

As figuras 9, 10 e 11 mostram a evolução espacial de Florianópolis com base em fotografias aéreas de 1956, 1966 e 1978. Neles é possível verificar que as direções da expansão territorial são influenciadas pela infra-estrutura pré-existente, isto é, pelas vias regionais e que ela tende a se deslocar para as áreas onde se localizam as duas maiores necrópoles da cidade:

Em 1956, a ocupação é mais considerável no continente, onde se percebe que as ligações para o norte e o sul do Estado apresentam uma ocupação mais acentuada, enquanto na Ilha a ocupação se acentua ao redor da Praça XV de Novembro e com tendências de ocupação nas proximidades da Ponte Hercílio Luz e em direção ao bairro da Agrônômica.

Em 1966, é mais acentuada a expansão na área continental de Florianópolis com a densificação da ocupação, principalmente em direção ao Balneário do Estreito e Capoeiras e em direção aos municípios vizinhos de São José e Biguaçu. Na Ilha, percebe-se que a ocupação ultrapassou seu grande limitador, o Morro da Cruz, estimulada pela instalação da Universidade Federal de Santa Catarina em 1960, tornando Florianópolis o centro cultural do Estado, o que veio estimular o crescimento da construção civil para atender a massa de habitantes que foram se instalar em torno da Universidade.

Poucos têm conhecimento da polêmica gerada sobre a localização do campus universitário na Trindade. Segundo Faccio (*op cit*) “a possibilidade de instalação do campus na Trindade, nos anos sessenta, ainda era inimaginável, não havendo qualquer perspectiva, pelo menos por parte de alguns setores sociais, da expansão urbana crescer em direção à área da Trindade . (...) Parecia difícil que a cidade pudesse expandir-se para “além do morro”. A área destinada à Universidade era um espaço rural e não se acreditava que pudesse vir a ser urbano.



FIGURA 8 - SITUAÇÃO DA MALHA URBANA DE FLORIANÓPOLIS - 1938
Base Cartográfica: SEPLAN, Levantamento Aerofotogramétrico 1938

LEGENDA	
	Área Urbana Ocupada
	Área em Expansão Urbana
	Vias Rurais

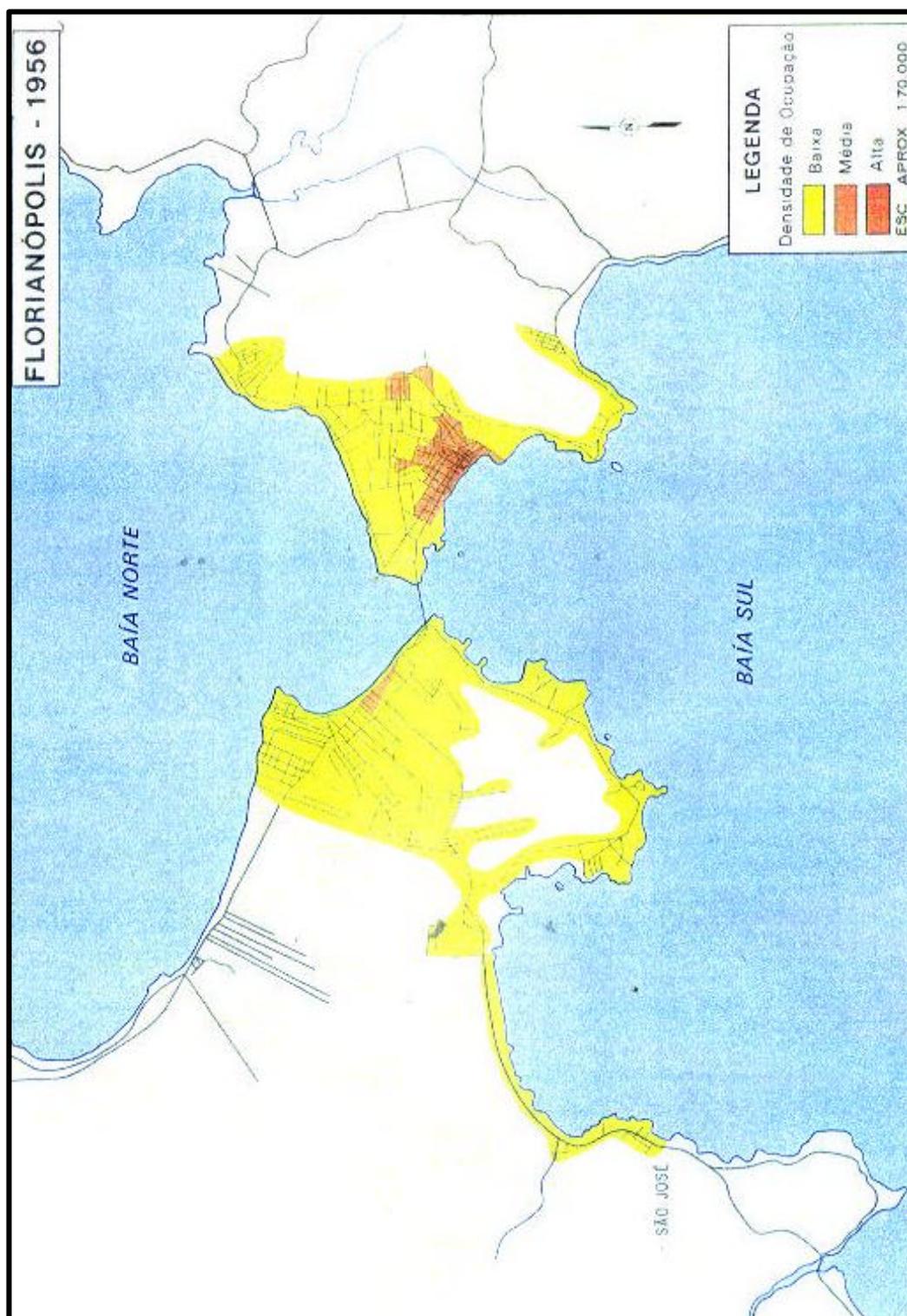


FIGURA 9 - OCUPAÇÃO ESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS - 1956
Fonte: Atlas de Santa Catarina (GAPLAN, 1986)

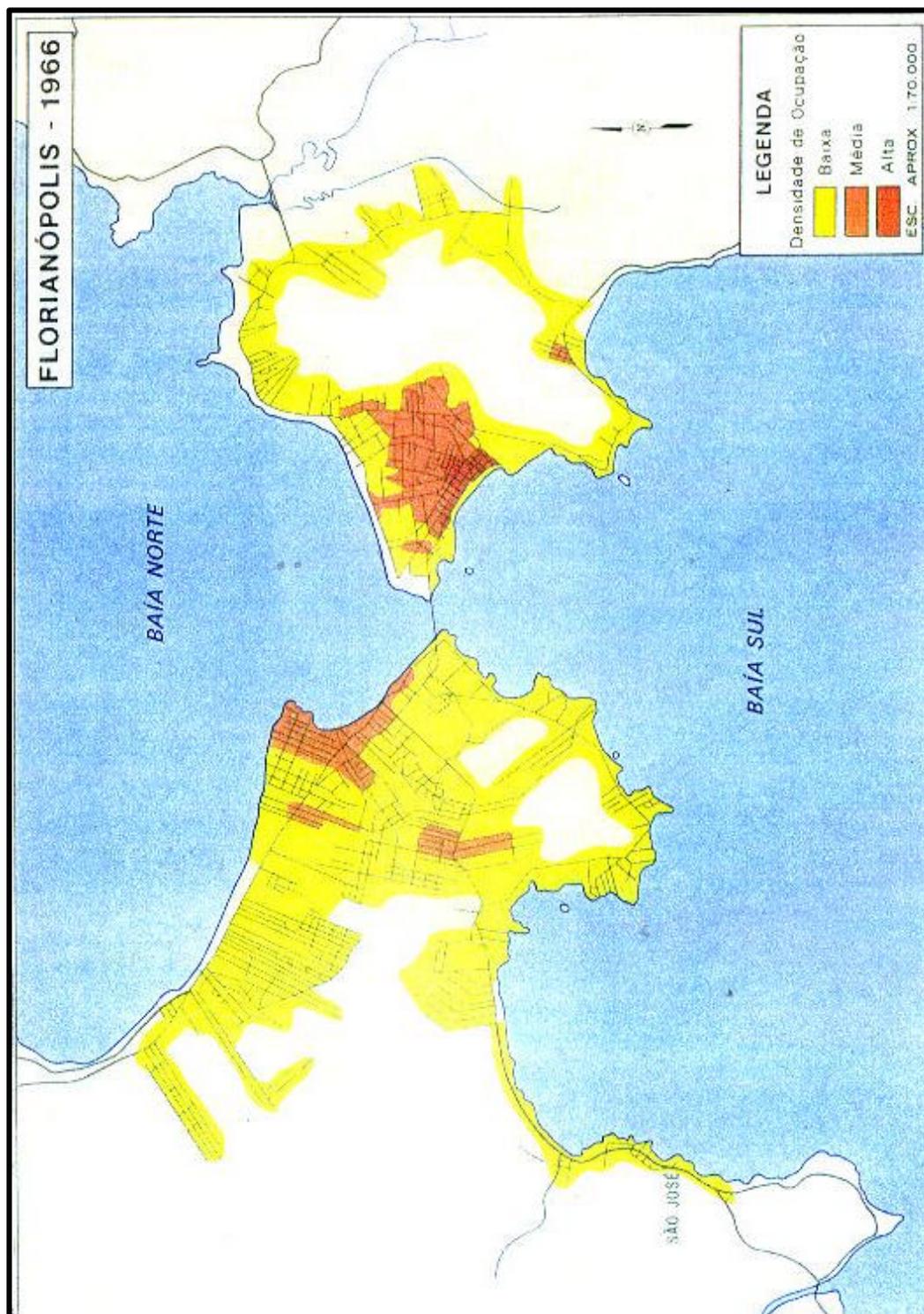


FIGURA 10 - OCUPAÇÃO ESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS - 1966

Fonte: Atlas de Santa Catarina (GAPLAN, 1986)

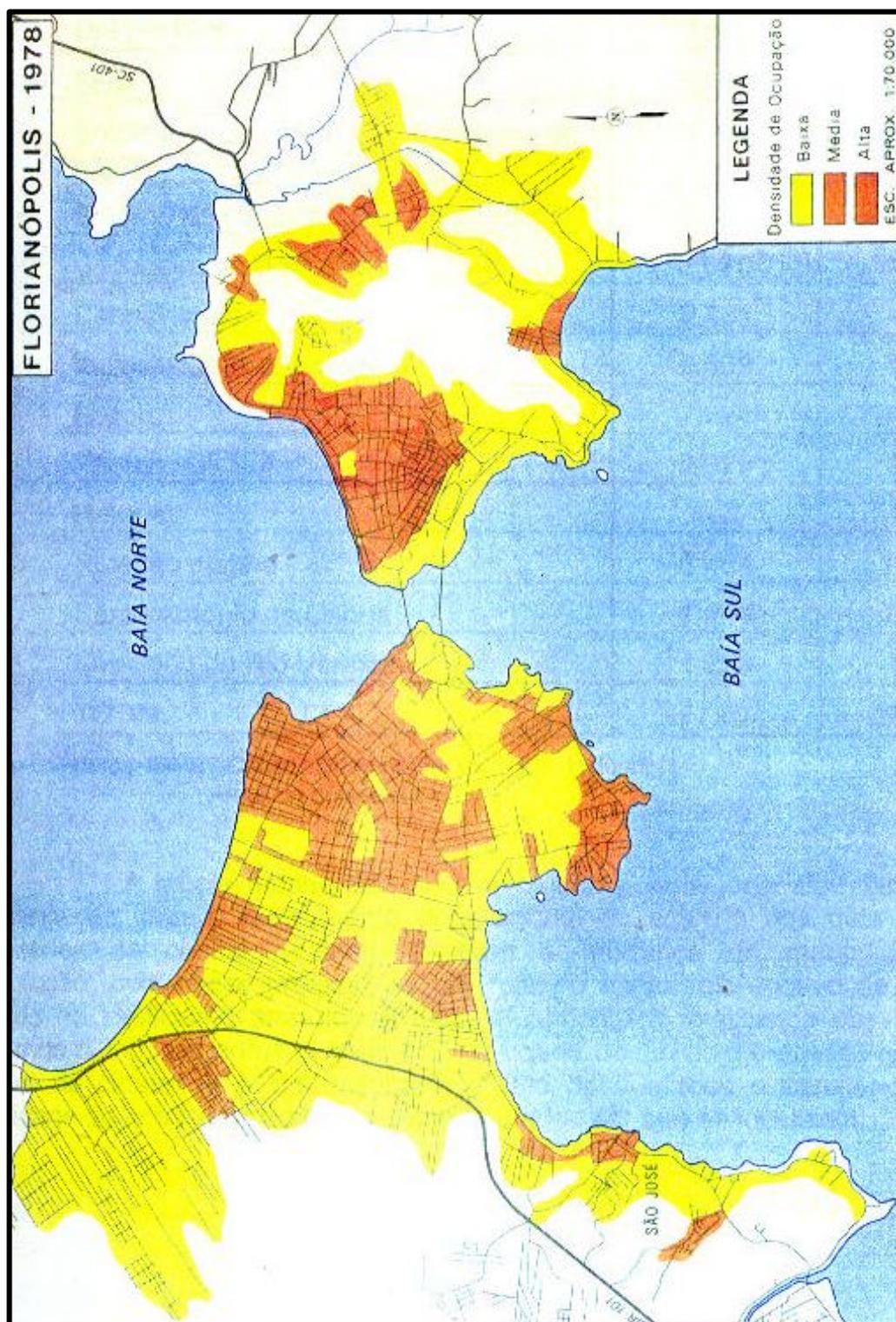


FIGURA 11 - OCUPAÇÃO ESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS - 1978

Fonte: Atlas de Santa Catarina (GAPLAN, 1986)

Além do crescimento populacional gerado pelos estudantes e funcionários, houve também mudanças no perfil dos bairros Trindade, Pantanal e Itacorubi, que até então mantinham feições rurais. Posteriormente, os bairros Santa Mônica e Córrego Grande, tradicionalmente agrícolas, começam a ser atingidos pela expansão urbana. Nota-se, nesta época, que a densificação da ocupação mantém-se contornando as vias de transporte. Na área central, a ocupação foi propiciada pelas construções verticais.

Em 1978, observa-se um intenso crescimento urbano na área continental e o contínuo processo de conurbação entre os bairros continentais e o município de São José.

Nesta década fatos importantes impulsionaram o crescimento urbano:

- A implantação de grandes obras, como os aterros da Baía Sul e Norte, que provocaram transformações profundas como o aterramento da orla marítima;

- Nas proximidades da Avenida Rubens de Arruda Ramos (Beira Mar Norte), houve a demolição de residências antigas e a posterior construção de inúmeros prédios, gerando uma grande valorização imobiliária e a conseqüente transformação da região em área nobre da cidade;

- A construção da avenida facilitou a integração do centro com outros bairros da Ilha, fazendo com que a Beira Mar Norte seja hoje uma extensão do centro da cidade;

- A construção da ponte Governador Colombo Machado Sales, em 1975, veio desafogar o trânsito entre o Continente e a Ilha, que antes dependia exclusivamente da ponte Hercílio Luz;

- A crescente especialização nas atividades terciárias (setor público e comércio) levou ao aumento das migrações no continente, principalmente, entre as décadas de 60 e 70, chegando a atingir os limites do município de São José;

- A criação do marketing da vocação turística de Florianópolis. Segundo o CECA (1996 p. 213): “O turismo em Florianópolis não é fenômeno acidental (apesar das belas

condições naturais). (...) O despertar para o turismo acontece no bojo do processo de planejar o desenvolvimento dos anos 70, quando os planos governamentais vislumbravam a possibilidade de explorar o potencial turístico de Santa Catarina e, em particular, de Florianópolis”.

- O contingente turístico que até a década de 60 não chega a impressionar, na década de 70 começa a crescer e a partir de 1980 ocorre um grande afluxo de argentinos na capital em função do câmbio de seu país, substituídos depois por turistas nacionais dos estados vizinhos ou do próprio estado de Santa Catarina.

- Lentamente aparecem empresas loteadoras, aproveitando-se do fator natural para investir na venda de terrenos em várias praias aos turistas. Inicialmente esses terrenos atendiam exclusivamente como residências de veraneio. Com o passar dos anos toda uma “estrutura” não planejada pelos governos (comércio, ruas sem pavimentação ...) surge para atender não só aos turistas, mas à população migrante que começa a fixar-se nessas áreas. Juntas, as regiões balneárias de Canasvieiras, Ingleses e Lagoa passam de 8.997 habitantes em 1970 para 12.947 em 1980, apresentando um expressivo aumento no contingente populacional e, paralelamente, aumento imobiliário. Inicia-se assim, a descaracterização dessas áreas, que antes apresentavam-se como comunidades pesqueiras;

- Melhoria nas articulações de rodovias estaduais que atingem os balneários do norte e da costa leste da Ilha e Lagoa da Conceição e a construção da rodovia SC 401 também são fatos importantes na Ilha, pois facilitaram o acesso e a futura ocupação da região norte insular.

Com a liberação das construções nos balneários, facilitada com a aprovação do Plano Diretor dos Balneários em 1985, a expansão se acentua junto aos balneários do norte e leste, com melhor infra-estrutura.

Assim, a cidade foi se formando aliando interesses de agentes privados, agentes coletivos e do Poder Público. De 1960 a 2000, Florianópolis apresentou um crescimento populacional de 349,92%. A cidade cresceu não somente em população, mas em outros fatores: imóveis, serviços, em tudo, inclusive nos problemas. A expansão urbana sem uma política efetiva de controle da ocupação territorial permitiu o surgimento de loteamentos clandestinos, ocupação de encostas, dunas, mangues, sistema viário inadequado para o grande número de veículos que circulavam na capital (agravando-se nos meses de temporada turística) e problemas básicos de saneamento (esgoto, lixo, água).

TABELA 6 – Florianópolis: Evolução da População por Situação de Domicílio – 1960/2000

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	% Crescimento
1960	97.827	40.963	56.864	-
1970	138.337	115.547	22.796	44,6
1980	187.871	161.773	26.098	41,4
1991	255.390	239.996	15.394	35,9
2000	342.315	332.185	10.130	34,0

Fonte : IBGE – Censo Demográfico de Santa Catarina

Nota-se que não estamos aqui incorrendo no erro comum de dizer que Florianópolis cresceu desordenadamente. “Numa visão social ampla, as cidades são uma força produtiva e, como tal, trabalham segundo uma lei, uma lógica e não em desordem” Villaça (*op cit*). O que estamos afirmando é que a cidade cresceu sem um planejamento que dê suporte adequado à urbanização intensa das últimas décadas do século XX.

A deficiência reflete-se também nas áreas dos cemitérios públicos que se mantiveram praticamente inalteradas, isto é, não sofreram aumento territorial correspondente ao crescimento da população desde a década de 50. A preocupação com a inadequação das áreas

dá-se a partir do aumento populacional do entorno dos cemitérios, impedindo já uma futura expansão face ao aumento da valorização territorial nas regiões em que se localizam na década de 1970.

Para se ter uma noção da dramaticidade da situação dos dois maiores cemitérios da capital com a evolução urbana basta considerarmos que em 1980 a população do entorno do cemitério São Francisco de Assis era de 3.943 habitantes e em 1991 esse número já havia aumentado para 5.362. O cemitério São Cristóvão também sofre com o problema da compressão do seu espaço externo apresentando em 1980, 4.853 habitantes e em 1990 passando para 4.982 (IBGE, 1980/1991).

Os números mostram não só a evolução populacional entorno dos dois maiores cemitérios da capital, mas também a mudança de mentalidade da população, pois para muitas pessoas morar próximo de um “campo santo” era motivo de repúdio devido ao misticismo atribuído a eles. Atualmente o misticismo passou para segundo plano. Em primeiro vem a necessidade de moradia e acesso rápido ao centro da cidade, e é inquestionável a facilidade de acesso em torno dos cemitérios.

4 POR QUE OS CEMITÉRIOS NÃO RECEBERAM ESTUDOS OU PLANEJAMENTO DE ADEQUAÇÃO AOS TEMPOS DE URBANIZAÇÃO?

Desde 1889, quando os cemitérios passam a ser responsabilidade do poder público municipal, diversos modelos ou momentos de experiência no planejamento urbano ocorreram no Brasil:

- O primeiro momento foi a era das grandes reformas urbanas encabeçadas pela cidade do Rio de Janeiro, onde a preocupação dos “*planejadores sem planos*” era a questão da higiene pública. O grande objetivo era mudar a face da cidade, através da transformação do ambiente material onde vivia a população, principalmente no que se referia às moradias populares, assim como a transformação dos hábitos e valores culturais. Este foi um momento em que os problemas urbanos se confundiam com os problemas sociais e as intervenções no espaço urbano tinham como objetivo realizar uma reforma social. É nesta fase que se torna consenso a exclusão dos cemitérios do perímetro urbano por estarem associados à propagação de epidemias. Começa, então, a criação de cemitérios *extra-muros em várias cidades brasileiras;

- No segundo momento do planejamento começam a aparecer em cena os urbanistas, principalmente a partir do Plano Agache na cidade do Rio de Janeiro e das idéias de Le Corbusier. Nesta fase se concebe cidade a partir de princípios que estão entre a filosofia social e a racionalidade técnica. A intervenção sobre o espaço busca eliminar as disfunções geradas pelas formas antiquadas de uso e ocupação do solo. Buscava-se adequar a filosofia social à racionalidade técnica. Amoldar o crescimento das cidades às quatro necessidades básicas do ser humano: habitar, trabalhar, recrear e circular era o objetivo. Os cemitérios,

* Termo utilizado para ilustrar os cemitérios que foram locados fora do perímetro urbano.

que há algumas décadas haviam sido excluídos do meio urbano, não entram como prioridades a serem adequadas ao novo momento. A cidade é vista somente como um cenário de vida. Mas, não é aí que ocorre inevitavelmente as mortes?

- No final da década de 1960, numa nova fase do planejamento urbano no Brasil, começam a surgir os problemas supostamente produzidos pelo êxodo-rural, que gerou um crescimento populacional onde os excedentes de mão-de-obra não tiveram como ser absorvidos. Ao mesmo tempo, percebe-se que os governos municipais não estavam preparados para assumir o papel de promotor do desenvolvimento. Nesta etapa, já em pleno milagre econômico, o planejamento urbano é pensado a partir do seu papel desenvolvimentista, baseado em princípios e normas racionalizadoras.

- Ao findar a década de 1970, em plena crise do “milagre econômico”, o planejamento urbano passa a ser apontado como instrumento de legitimação do regime político, iniciando assim, um intenso combate ao tecnocratismo exercido por parte dos planos e uma nova concepção passa a predominar lentamente, a de que somente as lutas sociais produziriam políticas capazes de atender as necessidades das camadas mais populares das cidades (Ribeiro e Cardoso, 1989).

Desde a década de 1970, período em que o processo de crescimento urbano propagou-se violentamente no país, não se tem notícias de nenhuma cidade grande ou média que tenha incluído dentro das prioridades de seus planos urbanos a necessidade de adequação dos cemitérios frente aos novos tempos de urbanização. Podemos citar como exemplo o caso da cidade de São Paulo, que devido à rápida e progressiva expansão da área urbana, foi acomodando suas necrópoles sem qualquer planejamento urbanístico, fazendo com que os cemitérios Araçá, Consolação e São Paulo, localizados em décadas passadas afastados do centro urbano hoje se localizem na região central da cidade.

Resumindo, o único momento em que as necrópoles foram priorizadas foi no início das grandes reformas urbanas no Brasil ocorridas nas últimas décadas do século XIX.

Para tentar entender porque os cemitérios não receberam a adequação aos tempos de urbanização é preciso voltar à questão dos valores de uso e de troca.

A teoria marxista (Corrêa, *op cit*) explicita que cada mercadoria tem, na sociedade capitalista, um duplo aspecto no que se refere ao seu valor. Possui um valor de uso e um valor de troca. O primeiro está relacionado à esfera do consumo e o segundo à da circulação. Esses dois conceitos, no entanto, estão dialeticamente relacionados entre si: é somente através da troca no mercado que uma mercadoria realiza plenamente seu valor de uso.

Milton Santos (1994) diz que o uso da cidade pelos agentes econômicos e a disputa entre os agentes para se assenhorearem de certas frações do espaço urbano ilustram, de um modo novo, o antigo debate acerca dos valores de uso e dos valores de troca. Podemos entender o valor de uso a partir de cada atividade distinta aplicada a um material dado, para criar um uso; e o valor de troca como produzido pelo trabalho universal abstrato, realizado num quadro social não controlado pelo trabalhador. Para Harvey (*apud VILLAÇA op cit*) o espaço é um atributo material de todos os valores de uso. Na verdade o é também dos produtos não produzidos pelo trabalho, ou seja, que não são valores de uso simplesmente por não terem valor, como os oceanos ou as montanhas. O espaço é atributo de um automóvel, do corpo humano, de uma cadeira, de um edifício ou um conjunto de edifícios e de uma cidade inteira. Prossegue Harvey (*idem, ibid*), o trabalho útil concreto produz valores de uso em determinados lugares. Os valores de uso são também consumidos em determinados lugares. Temos então dois espaços: o dos objetos em si (produzidos ou não pelo trabalho) e aquele determinado pelos locais onde estes são produzidos e consumidos. Assim aparece a questão da localização.

O que observamos é que o espaço dos cemitérios públicos no início tem um valor de troca baixo devido a sua localização, em áreas distantes do perímetro urbano. Com o passar dos anos, o constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas do espaço urbano, a densificação do uso do solo, a renovação urbana, a relocação diferenciada da infra-estrutura e mudanças do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, *op cit*) passam a dar um novo valor de troca aos cemitérios e ao seu entorno devido a sua localização. No entanto, o seu uso diferenciado, faz com que o espaço das necrópoles públicas não entrem no jogo de interesses dos agentes sociais que fazem e refazem a cidade ou no processo de acumulação capitalista. A quais agentes estamos nos referindo? Aos proprietários dos meios de produção, aos proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Para Corrêa (*op cit*) os cemitérios são áreas que sofrem um processo de inércia: o processo de inércia atua na organização espacial intra-urbano através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles. O processo em questão vai traduzir-se na preservação simultânea da forma e do conteúdo, e não apenas da forma com mudança de conteúdo. Segundo o autor, as razões fundamentais da preservação da forma e do conteúdo são, entre outras, as seguintes:

a) uma realocação poderia implicar custos elevados, os ganhos adicionais de nova localização não justificariam os riscos do novo investimento;

b) a criação de novos fatores de permanência através do aparecimento de economias de aglomeração, pela criação de unidades de produção e serviços situadas a montante ou à jusante da unidade em questão, garantindo vantagens outras que não aquelas existentes quando da implantação original;

c) pela inexistência de conflitos com outros possíveis usuários do solo urbano em torno, ou pretendentes àquela porção do espaço, ou pelo fato de que os outros usuários não detêm poder para forçar a remoção daquela unidade;

d) pela força de sentimentos e simbolismos que se atribui às formas espaciais e ao seu conteúdo.

Analisando as razões citadas por Corrêa para a preservação da forma e conteúdo dos cemitérios, consideramos que:

- seria extremamente oneroso ao poder público municipal adquirir novos terrenos para fins de cemitérios, além do descontentamento que provocaria na população da região escolhida para ter um equipamento urbano desse tipo próximo de suas residências.

- há inexistência de conflitos em torno dos cemitérios, já que os moradores se habituaram a conviver com uma vizinhança tão incomum. Ao mesmo tempo seria difícil, pelo misticismo atribuído a essas áreas, encontrar pretendentes, pelo menos residenciais, a essas porções do espaço. O fato de que os outros usuários não detêm poder para forçar a remoção dessas unidades é também um fator para a permanência do processo de inércia;

A construção de um grande cemitério que resolvesse as necessidades da cidade como um todo, e não somente de algumas localidades, seria uma solução para o problema de esgotamentos dos cemitérios. Evidentemente que a valorização imobiliária atual constituirá um dos empecilhos para o poder público em adquirir uma área para esse fim. No caso específico da Ilha de Santa Catarina, as próprias características físicas, como relevo acidentado, planícies arenosas com solos permeáveis e acelerado processo de disputa urbana, seriam motivos de limitações.

Walter Firey (*apud* CORRÊA, *op cit*) argumenta que símbolos e sentimentos são variáveis e que afetam o uso da terra, que o espaço não tem apenas tributos econômicos como acessibilidade e amenidades, mas possui um atributo, o de ser, em certas

circunstâncias, símbolo de determinados valores culturais que ali se acham associados. A força de sentimentos e simbolismos que se atribui às formas espaciais das necrópoles e ao seu conteúdo se opõe geralmente, na sociedade brasileira, a racionalidade econômica, impedindo, a princípio sua remoção.

Acreditamos que os cemitérios foram vistos dentro do planejamento urbano como frações do espaço que não eram importantes para o capital. Gottdieiener (1997, p. 230) diz que “certos aspectos do espaço são funcionais para frações do capital, enquanto outros não o são. A maneira desordenada como ocorre a reestruturação sócio-espacial é especificamente disfuncional para determinadas frações de capital, bem como para a classe trabalhadora, tornando assim a própria produção do espaço um elemento a mais na natureza antagônica das relações sociais capitalistas”.

É preciso que dentro da cidade os cemitérios sejam considerados um equipamento urbano tão essencial como outro qualquer e recebam mais atenção do planejamento, o que hoje não lhe é dispensado, ainda que sejam o símbolo mais inexorável da finitude humana dentro do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este trabalho analisar, sob uma nova ótica, a relação do crescimento urbano e às áreas destinadas para fim de cemitérios. Partimos da hipótese que os cemitérios passaram por dois momentos distintos dentro da evolução urbana: num primeiro momento, quando foram repelidos do aglomerado urbano e num segundo momento quando passaram a agir como indutores da urbanização.

A primeira parte de nossa hipótese foi corroborada; os levantamentos históricos desenvolvidos permitiram-nos descrever a primeira fase da relação entre o crescimento urbano e a repulsão das necrópoles. Quanto à segunda parte, encontramos evidências de que as vias construídas como acesso até os cemitérios foram utilizadas pela população como passagem para outras partes da cidade que até então não dispunham de outro meio, orientando timidamente a expansão do tecido urbano. Parece-nos demasiado, no entanto, falar em indução de urbanização; mais adequado seria afirmar que houve uma expansão da cidade em direção às áreas dos cemitérios e que a infra-estrutura construída em função dela funcionou como facilitador desta expansão.

A pesquisa permitiu-nos, ainda, fazer outras considerações:

1º - Se historicamente o processo de descentralização é mais recente que o de centralização, os cemitérios foram os precursores neste processo ao serem expulsos do espaço urbano na era das grandes reformas urbanas provocadas pelo início da industrialização.

2º - Ao serem expulsos dos centros das cidades não houve nenhuma preocupação com a questão dos cemitérios se constituírem em prováveis fontes contaminadoras das águas superficiais e subterrâneas. A grande preocupação do poder público em relação à nova localização era a sua distância do perímetro urbano. Justifica-se a ausência desta

preocupação devido ao fato da maioria dos cemitérios das grandes e médias cidades no Brasil terem sido fundados no final do século XIX ou nas primeiras décadas do século XX, anteriores aos códigos sanitários.

Constatamos que essa situação hoje pouco mudou. As necrópoles ainda não são encaradas como uma preocupação para a saúde pública, apesar de haverem normas com relação à destinação final do cadáver, inumação, tipo de caixões etc. No entanto, são raras as cidades que tenham realizado estudos geológicos ou hidrogeológicos que permitam saber o risco de contaminação a que está sujeita a população da região em que se localiza o cemitério. Em Florianópolis há um total desconhecimento no que tange a questão, ainda levada adiante nos cemitérios pelos coveiros, que tentam processar a inumação cercada de cuidados para que o chorume, líquido proveniente da decomposição do cadáver, não vaze quando se trata de carneiras ou de túmulos coletivos (lóculos). Tal procedimento não pode ser considerado como uma preocupação sanitária, já que durante o processo de decomposição esse líquido pode se infiltrar no solo.

3º - Com o desenvolvimento das cidades os cemitérios foram lentamente incorporados às regras dos usos do solo sem a devida previsão de novas áreas ou de adequação frente às transformações urbanísticas que se processavam.

Em Florianópolis o assunto cemitério tem pouco planejamento e não despertou grande interesse nas unidades administrativas da prefeitura. Somente no ano de 2000 o órgão responsável pelo planejamento urbano da capital IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) iniciou um levantamento superficial da situação dos cemitérios. Até esta data, a administração pública municipal não tinha exatamente o cadastramento dos cemitérios, para informar ao menos a situação das vagas e de sua condição patrimonial. Corrobora ainda o fato da administração dos cemitérios ser dividida em três secretárias desarticuladas entre si

no trato da questão; a nosso ver, um obstáculo no gerenciamento do problema da falta de vagas para enterramentos e do esgotamento dos cemitérios.

Parece-nos que até agora o planejamento urbano, pelo menos em Florianópolis, não foi capaz de gerar intervenções que efetivamente promovam a solução para a falta de espaço nos cemitérios públicos da capital.

O levantamento feito até aqui mostra que em Florianópolis herdamos um padrão colonial na distribuição dos cemitérios, já que há um número elevado de cemitérios distritais; que na grande maioria deles, inclusive nos cemitérios lotados há um bom número de túmulos abandonados ou que as famílias não mostraram interesse em comprá-los, sem que as administrações das áreas tenham conhecimento; as exumações são feitas em caso de necessidade e não como uma prática comum e legal de liberação de vagas. A lei determina que as exumações em túmulos públicos sejam executadas quando ultrapassado o prazo de quatro anos de sepultamento. Caso a lei fosse cumprida teríamos hoje um bom número de terrenos disponíveis para novas ocupações, um trabalho prático e viável que poderia minimizar, em alguns locais, a falta de vagas.

Recomendamos estudos técnicos sérios sobre os cemitérios públicos, que permitam a prefeitura ter o conhecimento detalhado da real situação do problema da falta de espaço nos cemitérios e com base neles possa planejar soluções para a questão.

4º – Se não podemos afirmar que as vias de transporte foram determinantes no processo de estruturação espacial, no entanto, podemos dizer que foram importantes agentes ativadores no direcionamento do fluxo populacional. Enquanto ativadores de fluxo do crescimento urbano, as vias de transporte rodoviário agiram diferentemente das de transportes marítimos e ferroviários.

Em Santa Catarina a influência dos transportes ferroviários e marítimos foi decisiva na estruturação urbana de algumas cidades, fato que antecede a evolução da rede rodoviária.

Florianópolis, que no início de sua formação até meados da década de 1930 dependia mais do transporte marítimo, concentrava sua população urbana nas proximidades do porto, onde o fluxo de inter-relações era maior.

Como as vias de transportes rodoviários levam a um crescimento de forma linear, devido ao fato de que, ao longo do percurso e em qualquer ponto, pode se concretizar a acessibilidade à cidade, a melhoria dos acessos facilitou a expansão do tecido urbano.

Segundo Villaça (*op cit*), à medida que a cidade cresce, ela se apropria e absorve os trechos urbanos das vias regionais, como nos casos das rodovias antigas que, com o tempo, se transformaram em vias urbanas. O aumento da acessibilidade acaba por permitir o aumento do fluxo de circulação de riquezas e interesses e, conseqüentemente, reflete no arranjo interno das cidades.

No entanto, como já afirmamos, interpretar que as vias construídas como acesso aos cemitérios foram indutoras do crescimento urbano, parece-nos atribuir a essa infra-estrutura um papel de demasiada importância. Reconhecemos que os estudos realizados, ao basearem-se somente nos dois maiores cemitérios da capital, o São Francisco de Assis e São Cristóvão, negligenciaram os outros tantos cemitérios espalhados pelo município. O estudo pormenorizado da dinâmica espacial das áreas de influência dos cemitérios distritais nos auxiliaria em outras conclusões.

Chegamos, então, a conclusão que, no caso específico das vias construídas como acesso para os dois cemitérios, não houve somente uma simples mudança de função de um modesto acesso a uma área específica da cidade para uma importante via direcionadora da expansão urbana. Houve um conjunto de elementos, citados ao longo do trabalho, que levaram não só a absorção das vias de acesso aos cemitérios pela cidade, mas também ao esgotamento interno e a compressão externa das necrópoles.

As possibilidades de estudos sobre o tema de nossa pesquisa não se esgotam aqui, além do que, há muitas outras questões para pesquisas futuras relacionadas com os cemitérios como, por exemplo:

I. Estudar os fatores que atuaram na estruturação dos cemitérios no interior da ilha de Santa Catarina frente à urbanização;

II. Desenvolver estudos geológicos e hidrogeológicos nos cemitérios de Florianópolis que permitam saber as condições sanitárias dos cemitérios e a possibilidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas;

III. Estudar os impactos psicológicos provocados pelos cemitérios, seu aspecto simbólico e a aceitação da sociedade local de outros tipos de destinação final dos cadáveres como a cremação e os cemitérios verticais e quais as vantagens e desvantagens que poderiam apresentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

ANDRADE, Djanira Maria Martins. **A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

BASTOS, Maria das Dores de Almeida. (1995). **A realidade urbana de Florianópolis a partir da informação cadastral municipal**. Monografia, Curso Bacharelado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro – Notícia II**. Florianópolis: Lunardelli, 1972.

_____. **Nossa Senhora do Desterro – Notícia I**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “A Natureza do Espaço Fragmentado”. Em: **Anais do Encontro Nacional da ANPUR, 5**. Belo Horizonte, 1993.

CARNEIRO, Glauco. **Florianópolis: roteiro da Ilha encantada**. São Paulo: Expressão, 1987.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. **Cemitério Municipal São Francisco de Paula**: monumento e documento. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA – CECA. **Uma cidade numa ilha:** relatório sobre problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Insular, 1996.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana.** São Paulo: Difel, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1993.

COSTA, Luiz Carlos. Aspectos político-administrativos do planejamento urbano. Em: **Planejamento urbano em debate.** São Paulo, 1997.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem histórica e pitoresca.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano:** a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. 1997. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa.** 38 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder.** 58 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOMES, Augusto. **A alma da nossa gente.** Portugal: Secretaria Regional da Região Autónoma de Açores, 1993.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral – GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. Aerofoto Cruzeiro, Rio de Janeiro,1986.

_____, Secretaria e Estado de Coordenação Geral e Planejamento – SEPLAN. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Aerofoto Cruzeiro, Rio de Janeiro,1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro,1997. v.1.

_____, **Recenseamento geral**: 1920-1940. Série Regional. Censo Demográfico. Rio de Janeiro,1942.

_____, **Recenseamento geral**: 1960. Série Regional. Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro,1961. v.1.

_____, **Recenseamento geral**: 1970. Série Regional. Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro,1971.v.1.

_____, **Recenseamento geral**: 1980. Série Regional. Censo Demográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro,1981.v.1

_____, **Anuário estatístico do Brasil**: 1936 e 1941/45. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

_____, **Censo demográfico de Santa Catarina**: 1991. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992.

_____, **Estatísticas do registro civil de 1975 a 1994**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979-1995.

GOTTDIENER, Mark. (1997). **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp.

JORGE, Salomão. **A estética da morte**. São Paulo: Resenha Tributária Ltda., 1945. v.II.

KRISCH, Hilda Ana. **História do cemitério dos imigrantes e da casa da memória do imigrante**. Joinville: Arquivos Históricos de Joinville, 1991.

LAGO, Paulo Fernando. **O turismo em Santa Catarina**. Florianópolis: CODESUL, 1970

_____. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978.

LIVRO DE ARCIPRESTES E VIGÁRIOS. N.243. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

LUCCI, Elian Alabi. **Geografia – O homem no espaço global**. São Paulo: Saraiva, 1997.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **História sócio-cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história - suas origens, transformações e perspectivas**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIELSEN, Laurence James. Morte na cidade do Desterro 1804-1854 cifras, causas e conseqüências. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. 3. Fase, n. 1, 2. Semestre, 1979.

O ARGOS, Jornal. 26.06.1858 [Anúncio sobre as funerárias].

O ESTADO, Jornal. 17.11.1925. [Nota de Inauguração do Cemitério São Francisco de Assis].

PACHECO, Alberto. Os cemitérios como risco potencial para as águas de abastecimento. Em: **Revista SPAM**. São Paulo: USP - Instituto de Geociências/Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas, 1986.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PERESSONI, Maria Lúcia Faraco. **Desterro, uma revisão bibliográfica**. 1987. Monografia (Bacharelado em História), Florianópolis: UFSC.

RAMOS, Átila. **Memória do saneamento Desterrense**. Florianópolis: CASAN, 1986.

_____, **Saneamento básico catarinense**. IOESC. Florianópolis, 1991.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Ana Lúcia Magela et al. **Ritos de morte na lembrança dos velhos.** Florianópolis: UFSC, 1996.

RIGOTTI, Giorgio. **Urbanismo – la técnica.** Barcelona: Editorial Labor, 1966.

ROSA, Edna Teresinha da. **A relação do crescimento urbano de Florianópolis com as áreas dos cemitérios.** 1988. Monografia, Curso Bacharelado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **O uso do solo e o município.** 3 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: caso de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1994.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. “Florianópolis: uma síntese histórica”. In: **Cadernos de Cultura e Educação.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1995. n.1.

SILVA, Dalton da. **Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana: uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina.** 2002. Tese (Doutorado), Curso de Pós - Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC.

SOARES, Iaponan [Org.]. **Estreito, vida e memória de um bairro.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

SOUZA, Sara Regina Silveira. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina – séculos XVIII e XIX.** 1980. Dissertação, Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. In: **Revista de Geografia.** Mato Grosso do Sul: AGB, n.6., 1996.

TOMÁS, Elaine D. **O Tiête, o higienismo e as transformações na cidade de São Paulo- (1890 – 1930).** Florianópolis: UFSC, 1996.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a ilha.** Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VEIGA, Eliane Veras da. **Processo histórico de mutação da paisagem urbana da área central de Florianópolis: 1850-1930.** 1990. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Ed. UFSC e Fund. Franklin Cascaes, 1993.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VIORST, Judith. **Perdas necessárias**. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

Endereços Eletrônicos:

<http://www.jsaudade.com.br/história.htm>. (acessado em 12.01.03)

<http://www.cemitérioparquejardimdapaz.com.br> (acessado em 14.05.03)

ANEXOS